



RELATÓRIO

Assunto: BALANÇO GERAL DO ESTADO - Exercício 2011

O presente relatório demonstra os resultados alcançados pelo Estado do Amazonas, no exercício de 2011, consolidando as administrações direta e indireta através do BALANÇO GERAL DO ESTADO - BGE, o qual se constitui na prestação de contas do Excelentíssimo Governador do Estado do Amazonas, Omar Aziz, à Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas.

Elaborado em cumprimento aos preceitos constitucionais e legais, visando dar transparência às contas públicas, o BGE atende às normas e técnicas de contabilidade, devendo ser encaminhado à Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas no prazo regulamentar, em cumprimento à Constituição Estadual Art. 54 inciso XVIII e é constituído dos Balanços: Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e das Demonstrações das Variações Patrimoniais, bem como dos demais Anexos da Lei Federal nº 4.320/64.

1 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

A execução orçamentária do Estado foi amparada na Lei nº 3.528, de 03 de agosto de 2010, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias – LDO¹, para o exercício de 2011, e na Lei nº 3.571, de 23 de dezembro de 2010 e Anexos, Lei Orçamentária Anual – LOA², que estimou as receitas e fixou as despesas do Estado em R\$ 9,979 bilhões, sendo R\$ 7,655 bilhões do orçamento fiscal, R\$ 2,324 bilhões da seguridade social, que somados aos investimentos das empresas do Estado com R\$ 160 milhões, totalizam R\$ 10,139 bilhões.

¹ Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) – É uma lei de iniciativa do Poder Executivo que estabelece as metas e prioridades da administração pública, as projeções de receitas e despesas, os critérios para a distribuição setorial e regional dos recursos para os Órgãos dos Poderes do Estado e Municípios; as diretrizes relativas à política de pessoal; as orientações para a elaboração de LOA; os ajustamentos do plano plurianual decorrentes de uma reavaliação da realidade econômica e social do Estado e Municípios; as disposições sobre as alterações na legislação tributária; as políticas de aplicação das agências financeiras de desenvolvimento oficiais, apresentando o plano de prioridades das aplicações financeiras, destacando os projetos de maior relevância social (Constituição Estadual, art. 157, §2º).

² Lei Orçamentária Anual (LOA) – Lei que estima a receita e fixa a despesa para um determinado exercício.



1.1 Receita Orçamentária

A Receita Orçamentária estimada para o exercício de 2011 foi de R\$ 9,979 bilhões, destacando-se as fontes receita tributária, com percentual de 56,28% e transferências correntes, com 25,49%, considerando as deduções para o FUNDEB³. Demonstramos na tabela 01 e gráfico 01 a classificação de cada receita. No gráfico 01 apresentamos as cinco principais receitas e a dedução para o FUNDEB.

Tabela 01
Demonstrativo da Receita Orçamentária Estimada R\$

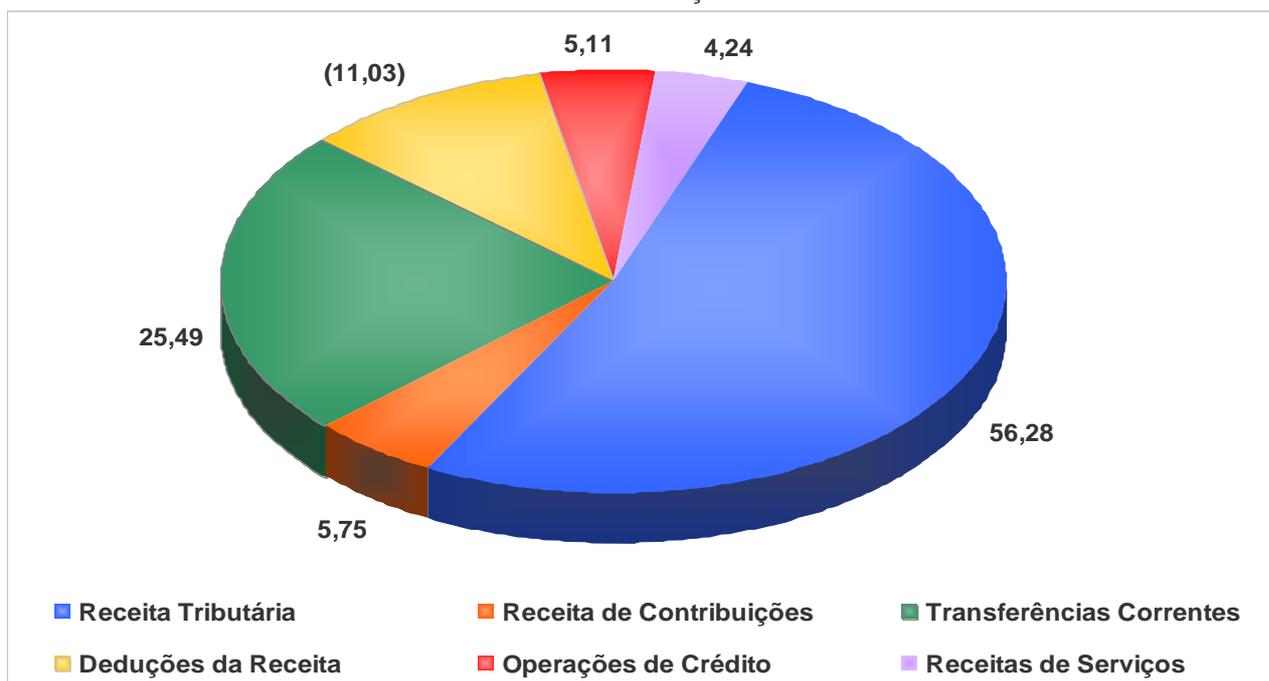
ESPECIFICAÇÕES	RECEITA ESTIMADAS	PERC. %
RECEITAS CORRENTES	10.423.265.000,00	92,93
Receita Tributária	6.312.160.000,00	56,28
Receita de Contribuições	645.000.000,00	5,75
Receita Patrimonial	42.004.000,00	0,37
Receita Industrial	17.000.000,00	0,15
Receita de Serviços	475.617.000,00	4,24
Transferências Correntes	2.858.924.000,00	25,49
Outras Receitas Correntes	72.560.000,00	0,65
RECEITAS DE CAPITAL	792.604.000,00	7,07
Operações de Crédito	573.000.000,00	5,11
Alienação de Bens	500.000,00	0,00
Amortização de Empréstimos	220.000,00	0,00
Transferências de Capital	194.684.000,00	1,74
Outras Receitas de Capital	24.200.000,00	0,22
SUBTOTAL	11.215.869.000,00	100,00
DEDUÇÕES DAS RECEITAS	(1.236.953.000,00)	(11,03)
TOTAL	9.978.916.000,00	88,97

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

³ FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, (Art 1º, Lei 11.494/2007).



Gráfico 01
Demonstrativo da Receita Orçamentária Estimada



1.2 Despesa Orçamentária

Foram fixadas em conformidade com o Art. 3º da Lei nº 3.571, de 23 de dezembro de 2010 – LOA. Demonstramos na tabela 02 e gráfico 02 as despesas para o exercício de 2011 no valor de R\$ 9,979 bilhões, distribuídas por categorias econômicas, consolidadas dos órgãos dos poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Ministério Público.

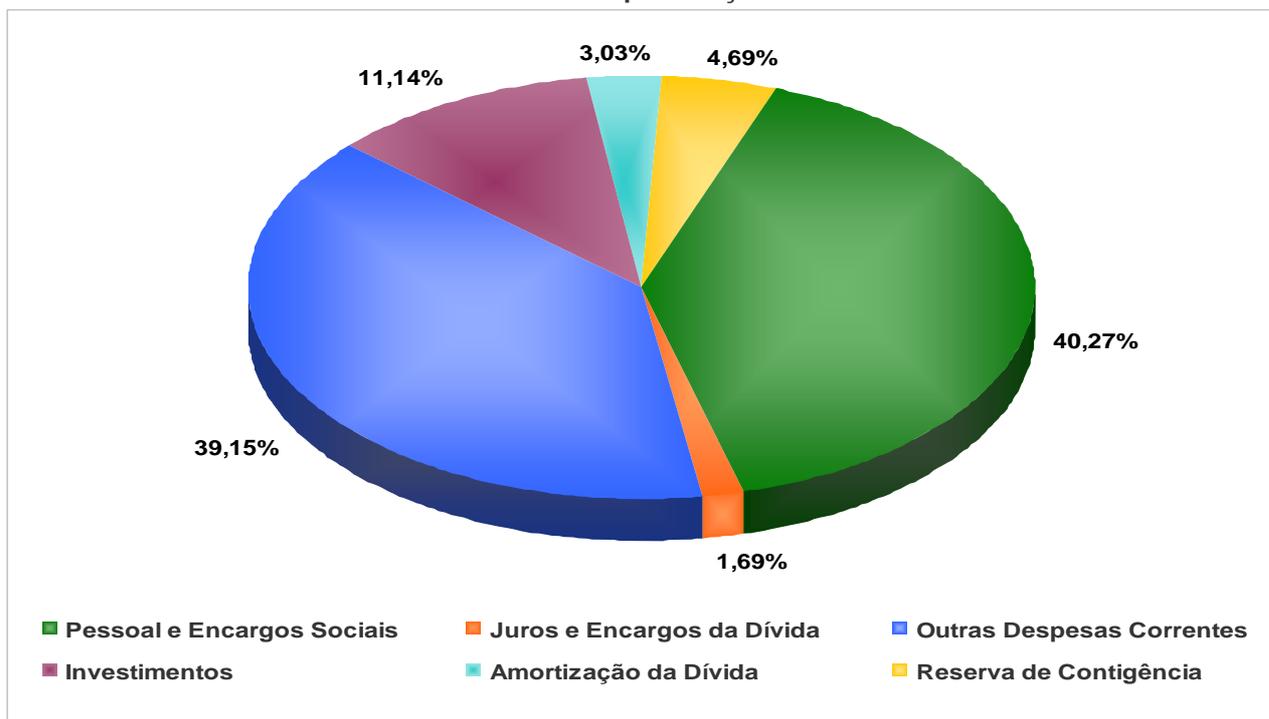
Tabela 02
Demonstrativo da Despesa Orçamentária Fixada

CATEGORIA ECONÔMICA	DESPESA FIXADA	PERC. %
DESPESAS CORRENTES	8.093.090.000,00	81,11
Pessoal e Encargos Sociais	4.017.729.000,00	40,27
Juros e Encargos da Dívida	168.620.000,00	1,69
Outras Despesas Correntes	3.906.741.000,00	39,15
DESPESAS DE CAPITAL	1.417.501.000,00	14,20
Investimentos	1.111.762.000,00	11,14
Inversões Financeiras	3.169.000,00	0,03
Amortização da Dívida	302.570.000,00	3,03
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	468.325.000,00	4,69
TOTAL DA DESPESA	9.978.916.000,00	100,00

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI



Gráfico 02
Demonstrativo da Despesa Orçamentária Fixada



1.3 Alterações Orçamentárias

O governo realizou alterações no orçamento inicial, que representou 14,53%, conforme demonstramos na tabela 03 a seguir.

Tabela 03
Demonstrativo de Créditos Iniciais e Adicionais

R\$

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. ORÇAMENTO INICIAL	9.978.916.000,00
2. Créditos Adicionais	4.870.365.997,70
2.1 Suplementares	4.850.549.507,04
2.2 Especiais	19.816.490,66
3. Créditos Anulados	3.420.878.857,07
3.1 Orçamentários e Suplementares	3.420.878.857,07
4. ORÇAMENTO AUTORIZADO (1+2-3)	11.428.403.140,63
ACRÉSCIMO EM RELAÇÃO AO INICIAL (%)	14,53

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI



2 GESTÃO DA EXECUÇÃO DA RECEITA

2.1 Receita Orçamentária

A Receita Orçamentária compreende o valor da receita estimada para o exercício, conforme determinado na LOA. Na tabela 04 e gráfico 03 demonstramos, por categoria econômica, a execução da receita orçamentária do exercício de 2011, com arrecadação total de R\$ 10,604 bilhões, apresentando um excesso nominal, comparado a estimada inicialmente, de 6,27% ou R\$ 625 milhões, considerando as deduções da receita para o FUNDEB de R\$ 1,257 bilhões, que representa 10,59% do total da receita arrecadada.

Tabela 04
Demonstrativo da Execução da Receita

R\$

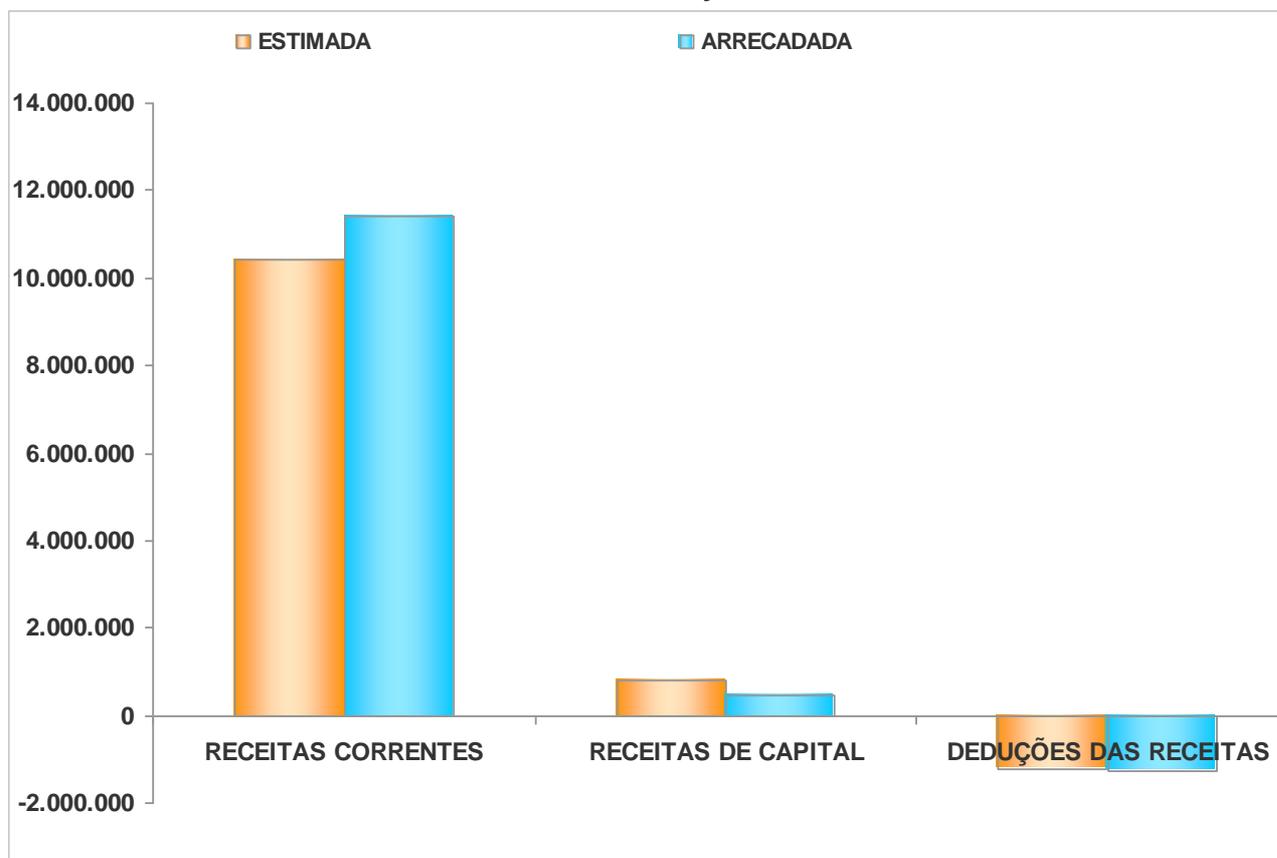
CATEGORIA ECONÔMICA	RECEITA			%	
	ESTIMADA	ARRECADADA	VARIAÇÃO	REAL.	PART.
RECEITAS CORRENTES	10.423.265.000,00	11.413.660.498,11	990.395.498,11	9,50	96,23
Tributária	6.312.160.000,00	6.405.568.967,50	93.408.967,50	1,48	54,01
De Contribuições	645.000.000,00	904.977.034,50	259.977.034,50	40,31	7,63
Patrimonial	42.004.000,00	114.315.584,21	72.311.584,21	172,15	0,96
Industrial	17.000.000,00	13.166.478,77	(3.833.521,23)	(22,55)	0,11
De Serviços	475.617.000,00	476.069.088,91	452.088,91	0,10	4,01
Transferências Correntes	2.858.924.000,00	3.098.767.573,58	239.843.573,58	8,39	26,13
Outras Transf. Correntes	72.560.000,00	400.795.770,64	328.235.770,64	452,36	3,38
RECEITAS DE CAPITAL	792.604.000,00	447.275.838,51	(345.328.161,49)	(43,57)	3,77
Operações de Crédito	573.000.000,00	211.818.883,53	(361.181.116,47)	(63,03)	1,79
Alienações de Bens	500.000,00	1.787.208,72	1.287.208,72	257,44	0,02
Amort. de Empréstimos	220.000,00	384.722,24	164.722,24	74,87	0,00
Transferência de Capital	194.684.000,00	203.221.824,88	8.537.824,88	4,39	1,71
Outras Rec. de Capital	24.200.000,00	30.063.199,14	5.863.199,14	24,23	0,25
SUBTOTAL	11.215.869.000,00	11.860.936.336,62	645.067.336,62	5,75	100,00
DEDUÇÃO DE RECEITA	(1.236.953.000,00)	(1.256.630.737,47)	(19.677.737,47)	1,59	(10,59)
TOTAL	9.978.916.000,00	10.604.305.599,15	625.389.599,15	6,27	89,41

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI



Gráfico 03
Demonstrativo da Execução da Receita

R\$ Mil



No Relatório 01, em anexo, demonstramos a arrecadação mensal das receitas orçamentárias de 2011, por natureza da receita.

Na tabela 05 e gráfico 04, apresentamos a evolução das receitas orçamentárias realizadas, no período de 2007 a 2011, em valores correntes, em que o total arrecadado de 2011 apresentou uma variação nominal positiva de 61,06% ante 2007, e de 9,42% em relação a 2010. Apresentando, portanto, uma variação média nominal de 2011 em relação aos últimos quatro anos de 32,14%, o que coloca o Amazonas entre os 10 estados com maior arrecadação do país e o primeiro da região norte em receita tributária, neste exercício.



Tabela 05
Evolução da Receita – 2007 a 2011

R\$ Mil

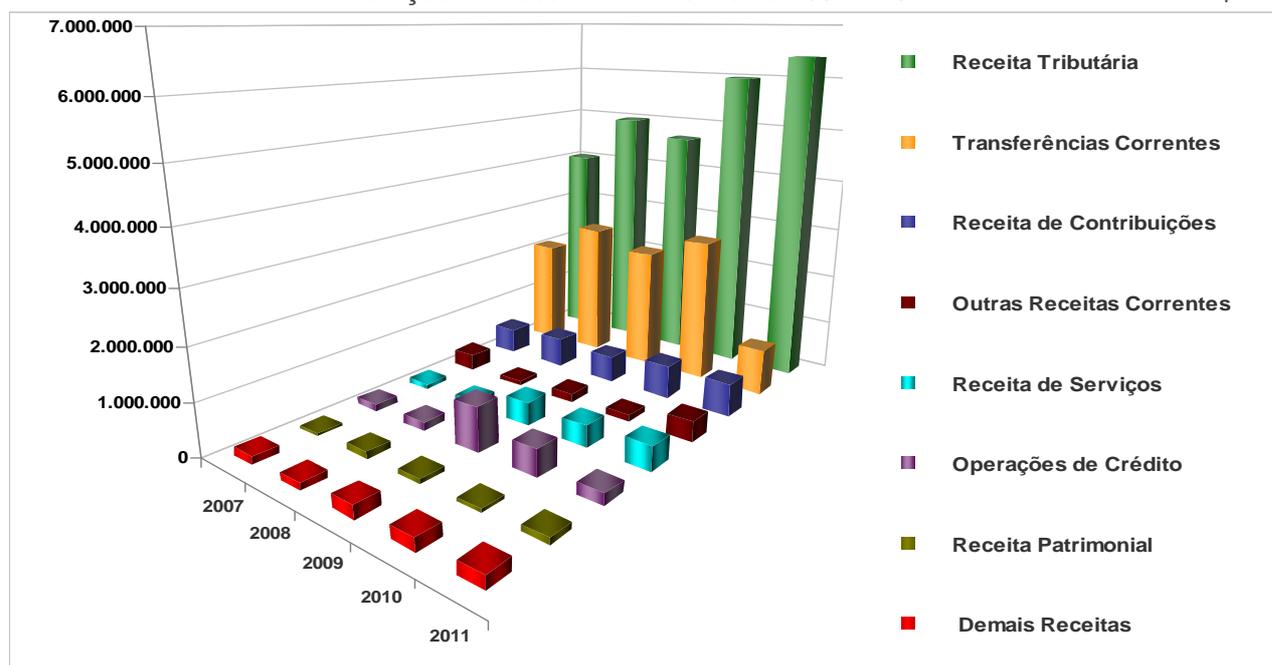
ESPECIFICAÇÃO DAS RECEITAS	EXERCÍCIO					VAR. %	
	2007	2008	2009	2010	2011	2011/2007	2011/2010
RECEITAS CORRENTES	7.036.716	8.567.719	8.302.362	10.066.127	11.413.660	62,20	13,39
Receita Tributária	3.991.536	4.952.961	4.642.085	5.961.008	6.405.569	60,48	7,46
Receita de Contribuições	492.207	584.323	518.149	649.743	904.977	83,86	39,28
Receita Patrimonial	50.429	124.407	103.848	65.667	114.316	126,69	74,08
Receita Agropecuária	1	0	0	0	0	-	-
Receita Industrial	10.340	12.021	12.099	13.978	13.166	27,33	(5,81)
Receita de Serviços	91.178	114.083	459.564	421.304	476.069	422,13	13,00
Transferências Correntes	2.094.767	2.692.532	2.401.559	2.832.217	3.098.768	47,93	9,41
Outras Receitas Correntes	306.259	87.393	165.058	122.210	400.796	30,87	227,96
RECEITAS DE CAPITAL	209.199	315.102	1.096.761	759.353	447.276	113,80	(41,10)
Operações de Crédito	131.178	170.631	855.436	514.905	211.819	61,47	(58,86)
Alienação de Bens	1.198	1.773	25.343	253	1.787	49,23	606,41
Amortização de Empréstimos	490	394	402	396	385	(21,49)	(2,85)
Transferência de Capital	56.820	116.905	195.786	221.734	203.222	257,66	(8,35)
Outras Receitas de Capital	19.514	25.400	19.794	22.065	30.063	54,06	36,25
DEDUÇÕES DAS RECEITAS	(661.918)	(896.130)	(934.964)	(1.134.330)	(1.256.631)	89,85	10,78
TOTAL	6.583.997	7.986.691	8.464.160	9.691.150	10.604.306	61,06	9,42

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

Nota: (1) Valores Brutos, não deduzidas as participações constitucionais e legais dos Municípios

Gráfico 04
Evolução da Receita - Exercício de 2007 a 2011

R\$ Mil





2.2 Receita Tributária

No Amazonas, as receitas tributárias são provenientes de impostos e taxas arrecadadas. Na tabela 06 e gráfico 05 demonstramos as receitas tributárias que totalizaram R\$ 6,405 bilhões no exercício de 2011, apresentando um acréscimo nominal de R\$ 444 milhões em relação a 2010 ou 7,46%. Fica evidenciado que a fonte de maior participação no Estado é o ICMS com 92,29% do total.

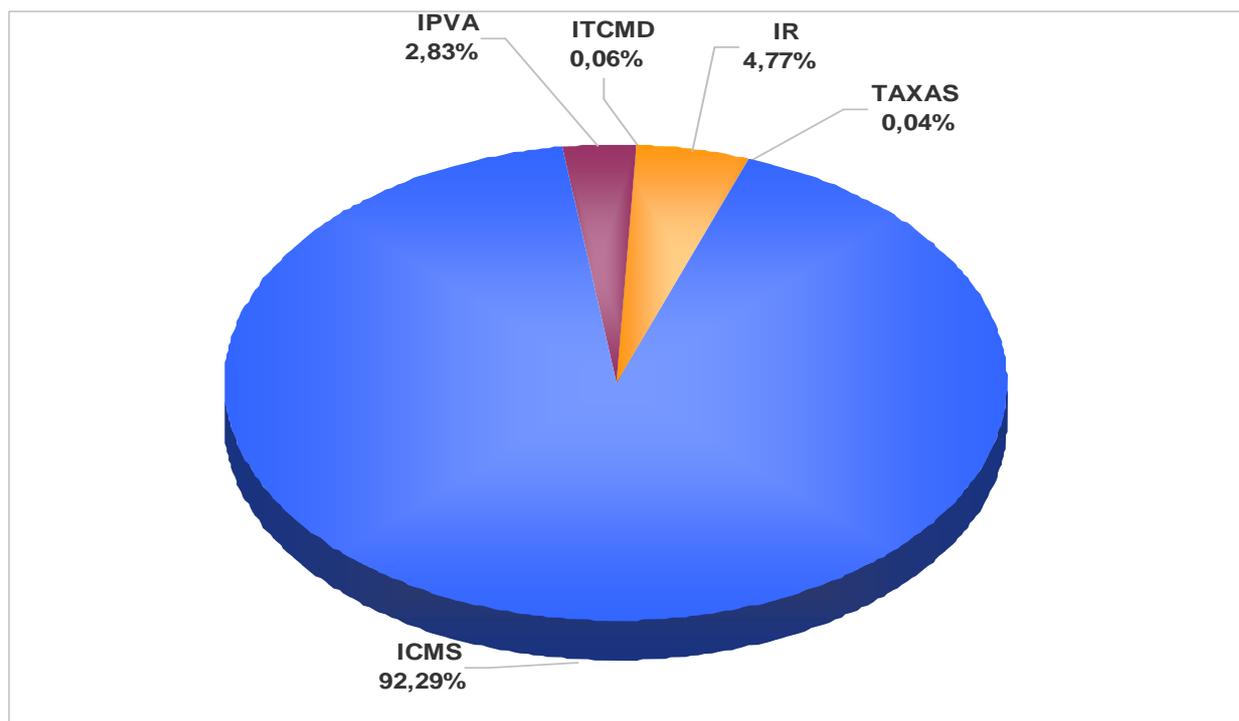
Tabela 06
Comparativo da Receita Tributária R\$

FONTE	ARRECADADO		%	
	2010	2011	PART.	VARIAÇÃO
IMPOSTOS	5.958.293.064,72	6.402.990.474,91	99,96	7,46
IR Retido na Fonte	243.476.284,92	305.842.018,54	4,77	25,61
ICMS	5.546.716.728,56	5.911.976.646,00	92,29	6,59
IPVA	165.464.080,21	181.084.483,04	2,83	9,44
ITCMD	2.635.971,03	4.087.327,33	0,06	55,06
TAXAS	2.714.732,55	2.578.492,59	0,04	(5,02)
RECEITAS TRIBUTÁRIAS	5.961.007.797,27	6.405.568.967,50	100,00	7,46

Fonte: AFI – Sistema de Administração Financeira

Nota: Valores brutos, não deduzidas as participações dos Municípios.

Gráfico 05
Demonstrativo da Receita Tributária 2011





Apresentamos, na tabela 07 e gráfico 06, a arrecadação do ICMS por setor econômico, que demonstra uma variação nominal comparado ao exercício de 2010 de 6,59% ou R\$ 365 milhões, face a recuperação da economia não só do nosso Estado, mas de todo o país. Sendo o setor industrial, basicamente referente ao pólo industrial de Manaus – PIM, o de maior participação com R\$ 2,805 bilhões ou 47,44% do total.

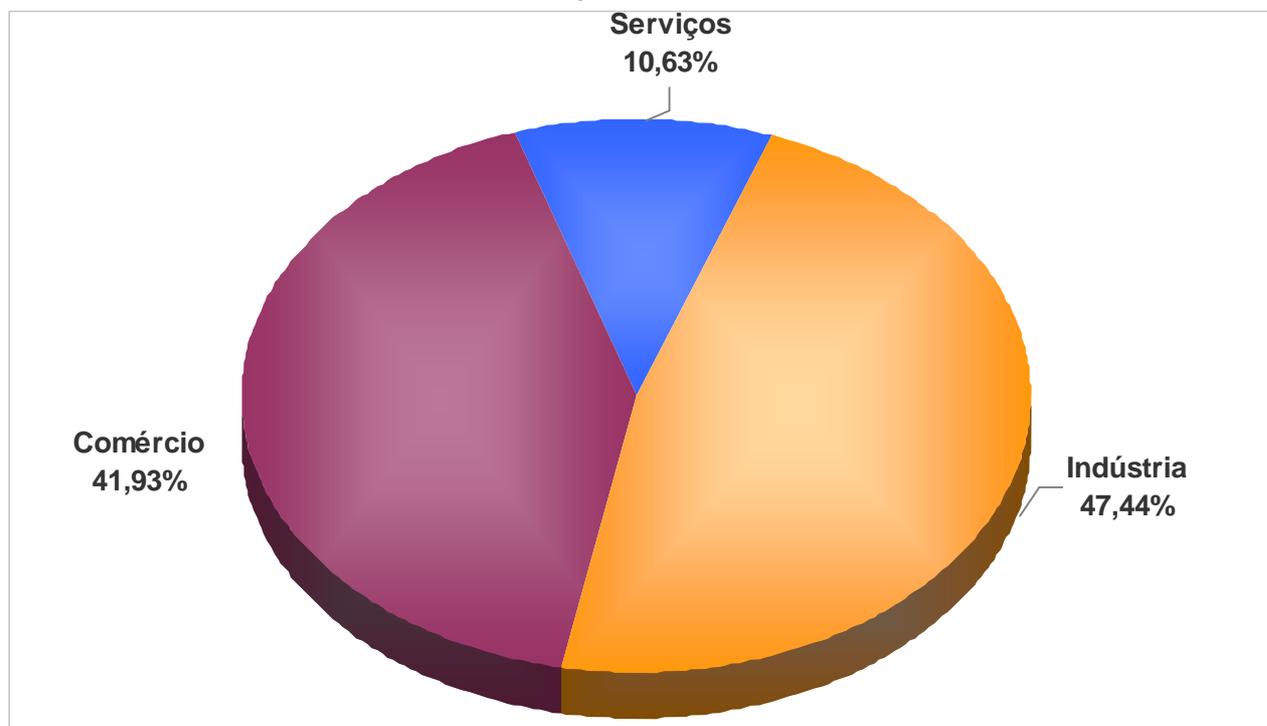
Tabela 07
Demonstrativo de Arrecadação do ICMS por Setor Econômico

R\$ Mil

SETOR ECONÔMICO	ARRECADADO		PART. %	VAR. %
	2010	2011		
Indústria	2.986.490	2.805.031	47,44	(6,08)
Comércio	2.036.483	2.478.698	41,93	21,71
Serviço	523.743	628.247	10,63	19,95
RECEITA DE ICMS	5.546.716	5.911.976	100,00	6,59

Fonte: Secretaria Executiva da Receita

Gráfico 06
Receita de ICMS por Setor Econômico – 2011





Demonstramos na tabela 08 e gráfico 07 a evolução das receitas tributárias, em valores correntes, no período de 2007 a 2011, que apresentou uma variação nominal de 60,48% ante 2007 e de 7,46 % em relação a 2010.

Na arrecadação do IPVA de 2011, o acréscimo nominal comparado a 2010 foi de R\$ 16 milhões, o que evidencia uma variação nominal de 9,44%, e em relação a 2007, o crescimento nominal foi de R\$ 72 milhões, representando uma variação de 65,61%. Estes acréscimos devem-se principalmente a recuperação da economia do País que reflete positivamente na comercialização de veículos novos.

Tabela 08
Evolução da Receita Tributária – 2007 a 2011

R\$ Mil

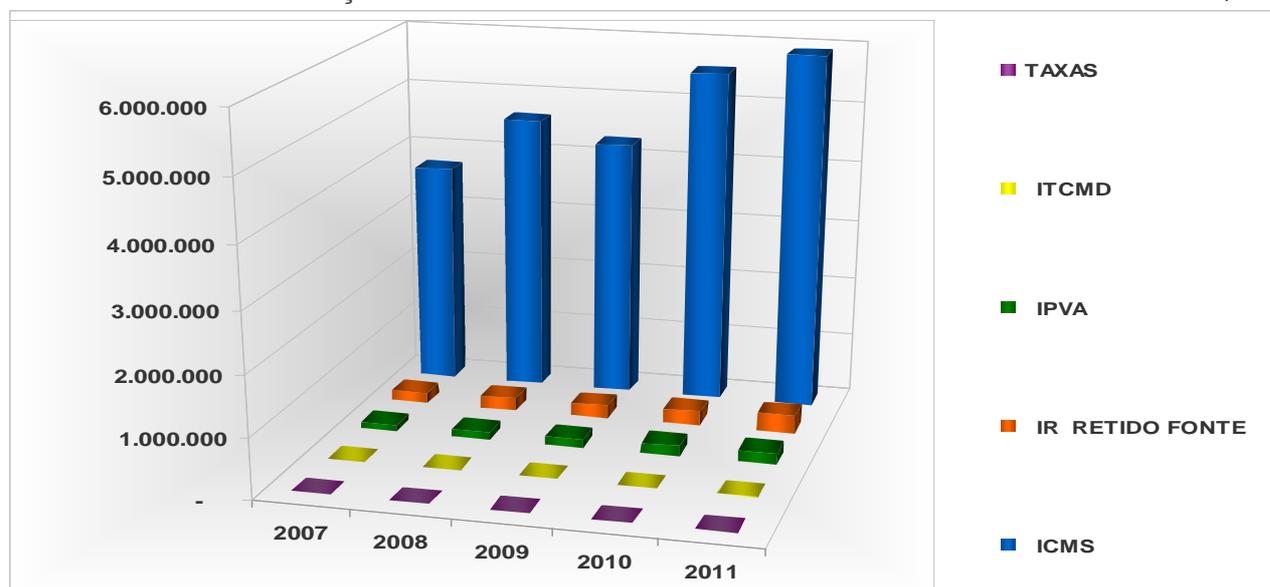
ESPECIFICAÇÃO DAS RECEITAS	EXERCÍCIO					PART. %	VARIÇÃO	
	2007	2008	2009	2010	2011		2011/2007	2011/2010
IMPOSTOS	3.988.733	4.950.428	4.639.507	5.958.293	6.402.990	99,96	60,53	7,46
IR RETIDO FONTE	172.967	212.245	214.528	243.476	305.842	4,77	76,82	25,61
ITCMD	1.772	4.065	2.121	2.636	4.087	0,06	130,61	55,06
IPVA	109.344	126.636	132.849	165.464	181.084	2,83	65,61	9,44
ICMS	3.704.650	4.607.483	4.290.008	5.546.717	5.911.977	92,29	59,58	6,59
TAXAS	2.803	2.533	2.578	2.715	2.578	0,04	(8,02)	(5,03)
REC. TRIBUTÁRIAS	3.991.536	4.952.961	4.642.085	5.961.008	6.405.568	100,00	60,48	7,46

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AF

Nota: (1) Valores Brutos, não deduzidas as participações constitucionais e legais dos Municípios e FUNDEB

Gráfico 07
Evolução da Receita Tributária - Exercício de 2007 a 2011

R\$ Mil





No gráfico 08 e 09, apresentamos a evolução das duas principais receitas tributárias de competência do Estado (ICMS e IPVA), arrecadadas no período de 2007 a 2011, em valores correntes.

Gráfico 08
Evolução da Receita de ICMS - Exercício de 2007 a 2011

R\$ Mil

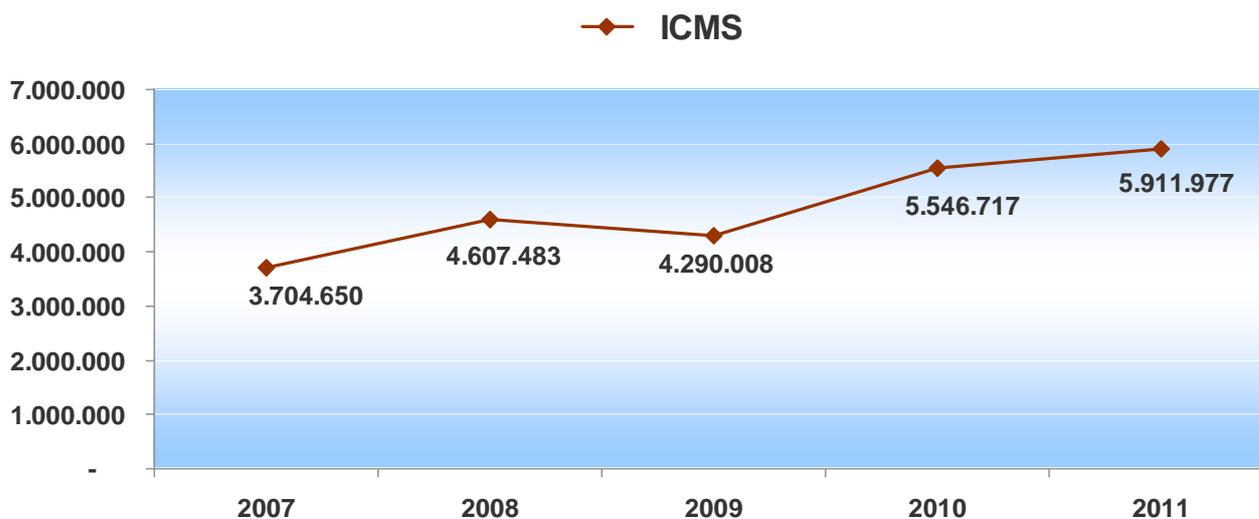
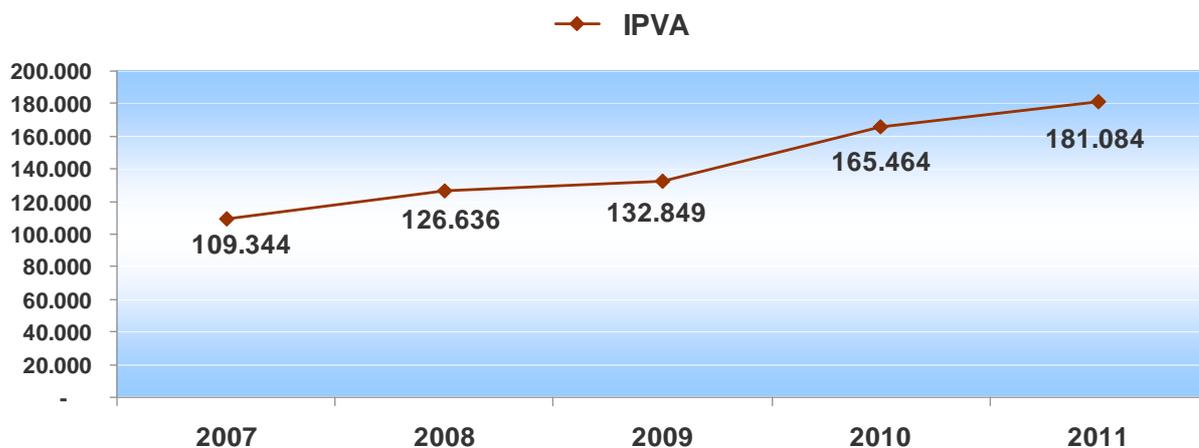


Gráfico 09
Evolução da Receita de IPVA - Exercício de 2007 a 2011

R\$ Mil





2.3 Transferências Correntes

O total arrecadado com transferências correntes, no exercício de 2011 foi de R\$ 3,099 bilhões, que comparando com 2010 houve um aumento de R\$ 266 milhões, ou 9,41%, demonstrado na tabela 09.

A Cota-parte do Fundo de Participação dos Estados - FPE foi a fonte com maior destaque dentre as transferências, com participação de 54,12% do total, apresentando um acréscimo nominal de R\$ 315 milhões, equivalente a 23,18% ante 2010.

As Transferências Multigovernamentais, que demonstram os valores recebidos pelo Estado a título de retorno do FUNDEB, tiveram participação de 28,52% do total das transferências, apresentando uma variação nominal positiva de R\$ 49 milhões, ou seja, 5,98% ante 2010.

As Transferências da União apresentaram a maior participação, com 69,19%, com uma variação nominal positiva ante 2010 de R\$ 301 milhões ou 16,35%.

Tabela 09
Transferências Correntes

R\$

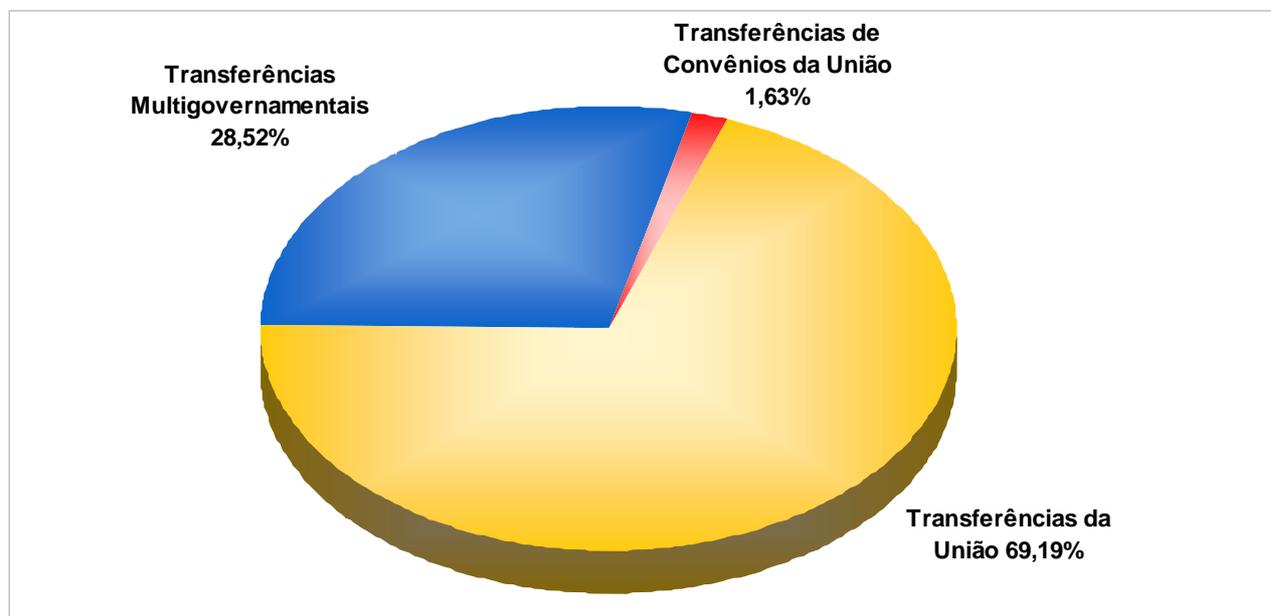
ESPECIFICAÇÃO	VALOR ARRECADADO		%	
	2010	2011	PART.	VAR
Transferências da União	1.842.653.449,70	2.143.857.709,08	69,19	16,35
Cota-parte do F.P.E.	1.361.160.488,89	1.676.688.313,96	54,12	23,18
Cota-parte do I.P.I.	39.735.384,16	45.448.276,24	1,47	14,38
Cota-parte da CIDE	30.068.831,76	36.942.490,45	1,19	22,86
Transf. Financeiras - L.C. 87/96 (Lei Kandir)	14.740.245,00	14.740.245,00	0,48	0,00
Cota-parte Fundo Especial Petróleo – FEP	168.972.391,49	236.046.324,01	7,62	39,70
Transferências de Recursos do SUS	41.387.433,93	31.898.149,39	1,03	(22,93)
Transferências de Recursos do FNDE	116.872.063,73	74.969.892,02	2,42	(35,85)
Transferências de Recursos do FNAS	254.353,00	780.303,44	0,03	206,78
Outras Transferências da União	69.462.257,74	26.343.714,57	0,85	(62,07)
Transferências Multigovernamentais	833.870.584,90	883.699.744,66	28,52	5,98
Transferências de Instituições Privadas	106.702.367,62	18.085.400,40	0,58	(83,05)
Transferências do Exterior	261.251,05	93.482,51	0,00	(64,22)
Transferências de Convênios da União	46.623.296,57	50.445.994,54	1,63	8,20
Transferências de Convênios dos Municípios	51.361,10	131.623,32	0,00	156,27
Transf. de Convênios de Inst. Privadas	2.054.460,11	2.453.619,07	0,08	19,43
TOTAL	2.832.216.771,05	3.098.767.573,58	100,00	9,41

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

Nota: Valores Brutos, não deduzidas as participações dos Municípios.

No gráfico 10 apresentamos as três principais participações de transferências correntes.

Gráfico 10
Transferências Correntes



Na tabela 10 demonstramos as Transferências da União e suas Entidades, no exercício de 2011, que representam os recursos recebidos para execução de convênios pelo Estados, acrescidos dos rendimentos de aplicações financeiras, que totalizaram R\$ 50 milhões. As maiores participações foram da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM, com R\$ 15 milhões ou 29,05%, da Universidade do Estado do Amazonas – UEA, com R\$ 14 milhões ou 28,50% e da Secretaria de Estado de Produção Rural - SEPROR, com R\$ 3 milhões ou 5,68%.

Tabela 10
Transferências de Convênios da União e suas Entidades **R\$**

ÓRGÃO	VALOR	PART. %
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas - FAPEAM	14.655.464,51	29,05
Universidade do Estado do Amazonas - UEA	14.377.806,02	28,50
Secretaria de Estado de Produção Rural - SEPROR	2.867.048,71	5,68
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SDS	2.604.097,60	5,16
Secretaria de Estado do Trabalho e Cidadania - SETRAB	2.205.345,25	4,37
Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Amazonas - IDAM	1.790.564,59	3,55
Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Amazonas - CBMAM	1.630.856,90	3,23
Secretaria de Estado de Articulação de Políticas Pub. Mov. Sociais - SEARP	1.386.779,04	2,75
Empresa Estadual de Turismo do Amazonas - AMAZONASTUR	1.108.804,89	2,20
Secretaria de Estado da Assistência Social e Cidadania - SEAS	1.085.328,77	2,15
Instituto de Terras do Amazonas - ITEAM	1.045.378,48	2,07
Secretaria de Estado da Juventude, Desporto e Lazer - SEJEL	922.712,94	1,83
Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino - SEDUC	737.618,15	1,46
Procuradoria Geral de Justiça - PGJ	665.293,99	1,32
Fundação Estadual dos Povos Indígenas - FEPI	623.310,93	1,24
Tribunal de Contas do Estado do Amazonas - TCE	513.577,67	1,02
Secretaria de Justiça e Direitos Humanos - SEJUS	504.747,87	1,00
Secretaria de Estado de Segurança Pública - SSP	376.773,80	0,75
Fundação Centro de Controle de Oncologia - FCECON	341.517,59	0,68
Centro de Educação Tecnológica do Amazonas - CETAM	298.551,05	0,59
Fundo Estadual de Saúde - FES	269.163,97	0,53
Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico - SEPLAN	157.855,47	0,31
Secretaria de Estado de Cultura - SEC	123.140,95	0,24
Fundação Hospital Adriano Jorge	45.743,21	0,09
Fundação de Dermatologia Tropical e Venerologia Alfredo da Mata	44.697,69	0,09
Fundação de Hematologia e Hemoterapia do Amazonas - FHMOAM	31.875,92	0,06
Fundação de Medicina Tropical - FMT/AM	17.187,59	0,03
Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas - IPAAM	14.750,99	0,03
TOTAL	50.445.994,54	100,00

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

O Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN e a Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Amazonas - FAPEAM receberam transferências de convênios de Instituições Privadas e do Município totalizando R\$ 2 milhões, os quais somados aos convênios da união perfazem R\$ 53 milhões.

2.4 Receitas de Capital

Na tabela 11 apresentamos a receita de capital arrecadada no Estado, que totalizou R\$ 447 milhões e apresentou déficit de 41,10% em relação a 2010.

No exercício de 2011, as Operações de Créditos, ou seja, recursos a título oneroso, recebido para os investimentos que o Estado vem implementando, totalizaram R\$ 212 milhões, com participação de 47,36% do total das receitas de capital.

As Transferências de Capital são constituídas de transferências Intergovernamentais, dos convênios recebidos da União e suas entidades e de Instituições Privadas, ficando com participação de 45,44% do total das receitas de capital.

As Outras Receitas de Capital são referentes à Lei Federal nº 9.478/97, art. 52, que determina o recolhimento de 1% da produção de petróleo e gás natural realizada pela PETROBRAS em terras do Estado do Amazonas, representando 6,72% do total das receitas de capital.

Tabela 11
Receitas de Capital

R\$

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADO		%	
	2010	2011	PART.	VARIAÇÃO
Operações de Crédito	514.905.048,32	211.818.883,53	47,36	(58,86)
Alienação de Bens Móveis	252.700,00	1.787.208,72	0,40	607,25
Amortização de Empréstimos	396.198,04	384.722,24	0,08	(2,90)
Transferências de Capital	221.733.753,31	203.221.824,88	45,44	(8,35)
Outras Receitas de Capital	22.065.128,15	30.063.199,14	6,72	36,25
TOTAL	759.352.827,82	447.275.838,51	100,00	(41,10)

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI



2.4.1 Operações de Créditos

Na tabela 12 a seguir demonstramos as operações de créditos recebidas pelo Estado em 2011, que totalizaram R\$ 212 milhões, sendo R\$ 130 milhões de operações internas, através da Caixa Econômica Federal - CEF e do Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDES e R\$ 82 milhões de operações externas junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD.

Tabela 12
Demonstrativo das Operações de Créditos

R\$

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	AGENTE FINANCEIRO	VALOR	PART. %
INTERNA		129.769.237,31	61,26
Pró-Saneamento	CEF	1.362.958,57	1,05
Abastecimento de Águas de Manaus	CEF	10.559.200,58	8,13
Projeto Minha Casa, Minha Vida - Lei Nº 3.501	CEF	15.021.000,00	11,58
Pro- moradia	CEF	8.407.985,36	6,48
Ponte Manaus Iranduba	BNDES	5.000.000,00	3,85
Construção da Arena da Amazônia	BNDES	89.418.092,80	68,91
EXTERNA		82.049.646,22	38,74
PROSAMIM	BID	69.439.322,47	84,63
Zona Franca Verde	BIRD	12.610.323,75	15,37
TOTAL		211.818.883,53	100,00

2.4.2 Transferências de Capital

Na tabela 13 demonstramos os convênios da União e suas entidades, recebidos em 2011, por cada órgão da administração estadual já acrescidos dos rendimentos de aplicação financeira, que totalizaram R\$ 199 milhões. Destacamos a participação da Secretaria de Estado de Infra-Estrutura - SEINF, que recebeu R\$ 149 milhões, ou 74,54%, a Superintendência Estadual de Habitação - SUHAB, com R\$ 22 milhões ou 10,89% e a Secretaria de Produção Rural – SEPROR, com R\$ 11 milhões, ou 5,51%.

Tabela 13
Transferências de Capital (Convênios da União e sua Entidades) R\$

ÓRGÃO	VALOR	PART. %
Secretaria de Estado de Infra Estrutura - SEINFRA	148.834.060,71	74,54
Superintendência Estadual de Habitação - SUHAB	21.751.007,64	10,89
Secretaria de Estado de Produção Rural - SEPROR	10.992.935,90	5,51
Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino - SEDUC	5.687.448,58	2,85
Secretaria de Estado de Justiça - SEJUS	2.220.258,10	1,11
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvol. Sustentável - SDS	1.846.780,00	0,92
Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Amazonas - IDAM	1.781.548,00	0,89
Fundo Estadual de Saúde - FES	1.683.293,35	0,84
Secretaria de Estado de Segurança Pública - SSP	1.534.895,13	0,77
Secretaria de Estado para os Povos Indígenas - SEIND	663.541,69	0,33
Secretaria de Estado da Assistência Social e Cidadania - SEAS	594.190,48	0,30
Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Amazonas - CBMAM	524.000,00	0,26
Fundação de Hematologia e Hemoterapia do Amazonas - FHMOAM	347.953,38	0,17
Universidade do Estado do Amazonas - UEA	335.625,17	0,17
Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas - IPAAM	297.000,00	0,15
Fundação Centro de Controle de Oncologia - FCECON	228.322,58	0,11
Secretaria de Estado do Trabalho - SETRAB	180.154,28	0,09
Secretaria de Estado da Juventude, Desporto e Lazer - SEJEL	132.451,00	0,07
Secretaria de Estado de Articulação de Pol Pub aos Mov. Sociais - SEARP	25.526,55	0,01
Defensoria Pública do Estado - DPE	1.811,31	0,00
Fundação de Vigilância em Saúde do Estado do Amazonas - FVS-AM	14,77	0,00
TOTAL	199.662.818,62	100,00

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

O Departamento Estadual de Transito – DETRAN recebeu R\$ 513 mil de transferências de Instituições Privadas para execução de convênios, os quais somados aos convênios da união totalizam as transferências de convênio de capital em R\$ 200 milhões.



2.5 Renúncia Fiscal

Em cumprimento aos dispositivos constitucionais e Leis nº 2.826, de 2003, nº 1.939, de 1989, nº 2.390, de 1996, nº 3.361, de 2008 e Decreto nº 27.500 de 2008 que instituem a política de incentivos fiscais e extrafiscais do Estado para as empresas instaladas na Zona Franca de Manaus - ZFM, a renúncia fiscal totalizou, em 2011, R\$ 4,430 bilhões, conforme demonstramos na tabela 14 a seguir.

Tabela 14
Demonstrativo da Renúncia Fiscal

R\$

ESPECIFICAÇÃO	VALOR	PART. %
Lei nº 2.826 de 2003	4.263.939.131,81	96,27
Leis nº 1.939 de 1989 e nº 2.390, de 1996	91.025.485,11	2,05
Decreto nº 27.500 de 2008	26.700.163,61	0,60
Lei nº 3.361 de 2008	47.951.182,88	1,08
TOTAL	4.429.615.963,41	100,00

Fonte: Secretaria Executiva da Receita

Este modelo de sucesso instituído pela ZFM, representa, em termos de recursos fiscais, 42,83% em relação à arrecadação potencial do ICMS, correspondente ao valor arrecadado no exercício de R\$ 5,911 bilhões mais o valor das renúncias de R\$ 4,430 bilhões, totalizando R\$ 10,341 bilhões, significa que para cada R\$ 1,00 arrecadado de ICMS, tem-se uma renúncia de R\$ 0,42 .

3 GESTÃO DA EXECUÇÃO DA DESPESA

3.1 Despesa Orçamentária

Compreende o valor da despesa fixada, conforme determinado na LOA e as alterações ocorridas no exercício. Na tabela 15, apresentamos as despesas por categoria econômica e grupo.

A despesa autorizada final ficou em R\$ 11,428 bilhões, alterada em R\$ 1,449 bilhão em relação à dotação inicial, representando um acréscimo de 14,53% do total fixado inicialmente.



Tabela 15
Despesa Autorizada Final por Categoria Econômica R\$

CATEGORIA ECONOMICA	DOTAÇÃO INICIAL	ALTERAÇÃO	AUTORIZADA FINAL	PART. %
DESPESAS CORRENTES	8.093.090.000,00	894.527.504,37	8.987.617.504,37	78,64
Pessoal e Encargos Sociais	4.017.729.000,00	355.741.793,24	4.373.470.793,24	38,27
Juros e Encargos da Dívida	168.620.000,00	21.027.706,57	189.647.706,57	1,66
Outras Despesas Correntes	3.906.741.000,00	517.758.004,56	4.424.499.004,56	38,71
DESPESAS DE CAPITAL	1.417.501.000,00	1.007.736.151,00	2.425.237.151,00	21,22
Investimentos	1.111.762.000,00	974.962.279,14	2.086.724.279,14	18,26
Inversões Financeiras	3.169.000,00	82.449.737,73	85.618.737,73	0,75
Amortizações da Dívida	302.570.000,00	(49.675.865,87)	252.894.134,13	2,21
RESERVA DE CONTIGÊNCIA	468.325.000,00	(452.776.514,74)	15.548.485,26	0,14
TOTAL GERAL	9.978.916.000,00	1.449.487.140,63	11.428.403.140,63	100,00

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

Na tabela 16, demonstramos a despesa autorizada final, com as alterações ocorridas no exercício, por função e percentuais de participação em cada uma, destacando-se as funções que mais receberam aporte de recursos, Urbanismo com R\$ 416 milhões, Saúde com R\$ 303 milhões, Educação com R\$ 194 milhões e Segurança Pública com R\$ 188 milhões, em função da maior arrecadação dos impostos que servem de base para aplicação dos recursos.



Tabela 16
Despesa Autorizada Final por Função

R\$

CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	ALTERAÇÃO	AUTORIZAÇÃO FINAL	PART. %
1	Legislativa	334.089.000,00	(18.556.910,84)	315.532.089,16	2,76
2	Judiciária	358.865.000,00	26.563.244,27	385.428.244,27	3,37
3	Essencial à Justiça	184.449.000,00	22.267.603,46	206.716.603,46	1,81
4	Administração	627.375.863,00	(38.242.348,33)	589.133.514,67	5,15
6	Segurança Pública	642.138.000,00	188.440.102,98	830.578.102,98	7,27
8	Assistência Social	95.374.000,00	29.385.010,32	124.759.010,32	1,09
9	Previdência Social	411.000.000,00	173.110.725,55	584.110.725,55	5,11
10	Saúde	1.643.532.000,00	302.872.951,03	1.946.404.951,03	17,03
11	Trabalho	10.316.000,00	2.904.500,66	13.220.500,66	0,12
12	Educação	1.486.100.000,00	193.762.523,40	1.679.862.523,40	14,70
13	Cultura	81.063.000,00	53.861.944,28	134.924.944,28	1,18
14	Direitos da Cidadania	143.814.000,00	58.778.081,70	202.592.081,70	1,77
15	Urbanismo	200.021.111,00	415.982.331,71	616.003.442,71	5,39
16	Habitação	148.003.000,00	31.934.193,11	179.937.193,11	1,57
17	Saneamento	55.403.642,00	129.409.128,79	184.812.770,79	1,62
18	Gestão Ambiental	42.238.000,00	25.022.358,88	67.260.358,88	0,59
19	Ciência e Tecnologia	88.404.000,00	(7.355.801,39)	81.048.198,61	0,71
20	Agricultura	68.861.000,00	51.057.254,59	119.918.254,59	1,05
21	Organização Agrária	14.531.000,00	3.445.926,25	17.976.926,25	0,16
22	Indústria	500,00	(500,00)	0,00	0,00
23	Comércio e Serviços	28.372.000,00	5.052.153,36	33.424.153,36	0,29
24	Comunicações	55.480.000,00	13.635.692,65	69.115.692,65	0,60
25	Energia	167.000,00	(157.000,00)	10.000,00	0,00
26	Transporte	437.048.384,00	83.269.563,46	520.317.947,46	4,55
27	Desporto e Lazer	168.431.000,00	78.538.953,45	246.969.953,45	2,16
28	Encargos Especiais	2.185.514.500,00	77.281.972,03	2.262.796.472,03	19,80
99	Reserva de Contingência	468.325.000,00	(452.776.514,74)	15.548.485,26	0,14
TOTAL		9.978.916.000,00	1.449.487.140,63	11.428.403.140,63	100,00

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI



3.2 Execução da Despesa

A despesa empenhada no exercício de 2011 totalizou R\$ 10,617 bilhões, que comparada à autorizada final, resultou numa economia orçamentária de R\$ 811 milhões, representando 7,10% do total da despesa, conforme demonstrado na tabela 17.

Tabela 17
Demonstrativo da Despesa Autorizada com a Despesa Empenhada R\$

TÍTULOS	AUTORIZADA	EMPENHADA	ECONOMIA %
DESPESAS CORRENTES	8.987.617.504,37	8.752.721.952,52	2,61
Pessoal e Encargos Sociais	4.373.470.793,24	4.354.399.453,06	0,44
Juros e Encargos da Dívida	189.647.706,57	186.640.034,30	1,59
Outras Despesas Correntes	4.424.499.004,56	4.211.682.465,16	4,81
DESPESAS DE CAPITAL	2.425.237.151,00	1.864.093.193,24	23,14
Investimentos	2.086.724.279,14	1.532.369.050,00	26,57
Inversões Financeiras	85.618.737,73	82.863.409,37	3,22
Amortização da Dívida	252.894.134,13	248.860.733,87	1,59
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	15.548.485,26	0,00	100,00
TOTAL	11.428.403.140,63	10.616.815.145,76	7,10

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

A tabela 18 e gráfico 11 apresentam as despesas empenhadas por categoria econômica e grupo. Comparando os exercícios de 2011 com 2010, percebemos um acréscimo nominal de R\$ 866 milhões o que corresponde a 8,88%, sendo R\$ 973 milhões ou 12,52% em despesas correntes e um déficit de R\$ 107 milhões ou 5,47% em despesas de capital, ocasionado basicamente pela redução de entrada de recursos oriundos de operações de crédito em 2011, sendo compensado em parte com recurso do Tesouro.

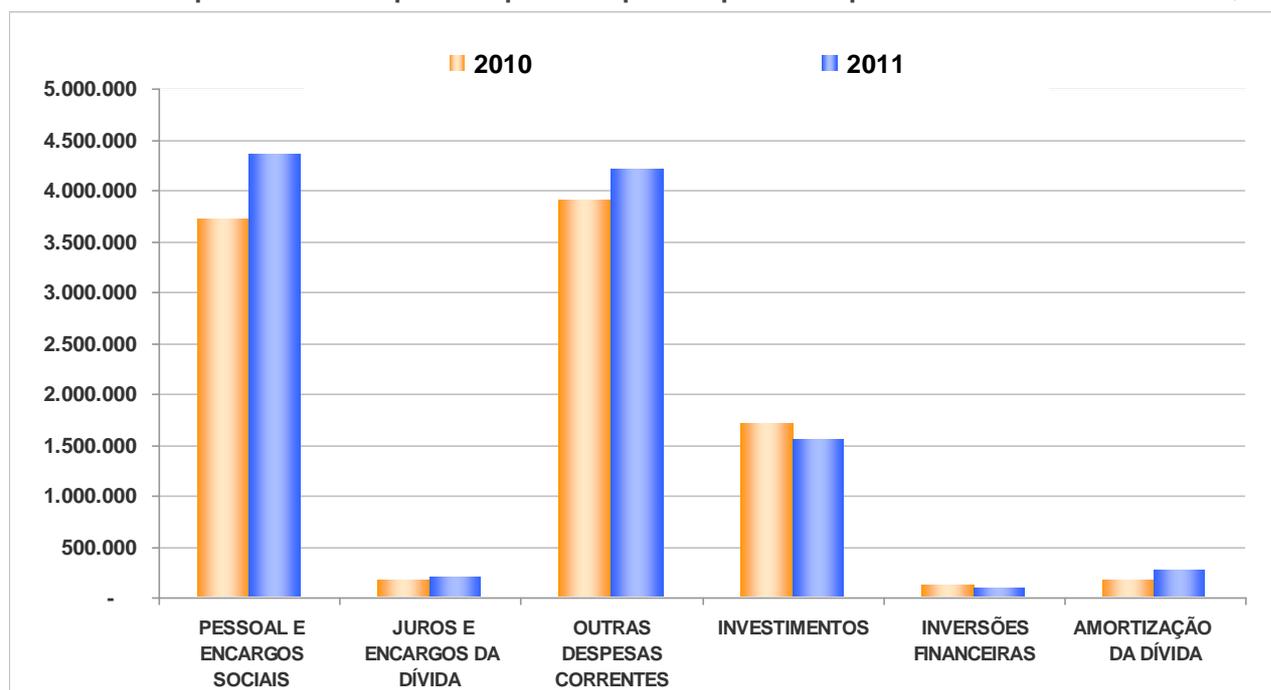


Tabela 18
Comparativo da Despesa Empenhada por Categoria Econômica R\$

ESPECIFICAÇÃO	2010	PART. %	2011	PART. %	VAR. %
DESPESAS CORRENTES	7.778.802.887,27	79,78	8.752.721.952,52	82,44	12,52
Pessoal e Encargos Sociais	3.717.563.655,77	47,79	4.354.399.453,06	41,01	17,13
Juros e Encargos da Dívida	154.811.368,18	1,99	186.640.034,30	1,76	20,56
Outras Despesas Correntes	3.906.427.863,32	50,22	4.211.682.465,16	39,67	7,81
DESPESAS DE CAPITAL	1.971.883.758,50	20,22	1.864.093.193,24	17,56	(5,47)
Investimentos	1.696.249.385,75	86,02	1.532.369.050,00	14,44	(9,66)
Inversões Financeiras	113.064.734,18	5,73	82.863.409,37	0,78	(26,71)
Amortização da Dívida	162.569.638,57	8,24	248.860.733,87	2,34	53,08
TOTAL	9.750.686.645,77	100,00	10.616.815.145,76	100,00	8,88

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

Gráfico 11
Comparativo da Despesa Empenhada por Grupo de Despesa – 2010 e 2011 R\$ Mil





Destacamos, ainda, os investimentos do governo que representaram 82,20% da despesa empenha de capital. Na tabela 19 demonstramos a participação das fontes nos investimentos, onde observamos que a maior participação foi das fontes próprias do Estado com 58,94% ou R\$ 903 milhões.

Tabela 19
Demonstrativo da Despesa Empenhada em Investimentos por fonte R\$

INVESTIMENTO	EMPENHADO	PART.
Recursos de Operações de Crédito	215.230.364,81	14,05
Recursos de Transferências Federais	413.938.869,98	27,01
Recursos aplicados pelo Estado	903.199.815,21	58,94
TOTAL	1.532.369.050,00	100,00

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

Na tabela 20 e gráfico 12, apresentamos a despesa empenhada por função, comparando 2011 em relação a 2010, com o percentual de participação em cada exercício e variações ocorridas. Em termos de maior aplicação, destacamos as funções Encargos Especiais com R\$ 2,249 bilhões ou 21,19%, Saúde com R\$ 1,848 bilhão ou 17,40%, Educação com R\$ 1,618 bilhão ou 15,24% e Segurança Pública com R\$ 809 milhões e participação de 7,62% do total.



Tabela 20
Comparativo da Despesa Empenhada Por Função

R\$

CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	2010	PART. %	2011	PART. %	VAR. %
1	Legislativa	281.326.019,78	2,92	313.456.059,26	2,95	11,42
2	Judiciária	304.347.278,00	3,62	374.976.227,16	3,53	23,21
3	Essencial à Justiça	148.967.887,85	1,82	201.825.594,78	1,90	35,48
4	Administração	505.694.812,43	7,82	581.425.396,30	5,48	14,98
6	Segurança Pública	697.917.979,80	7,38	808.742.737,14	7,62	15,88
8	Assistência Social	114.890.253,97	1,17	113.287.023,32	1,07	(1,40)
9	Previdência Social	366.303.535,49	2,74	579.986.484,62	5,46	58,33
10	Saúde	1.713.110.557,87	19,45	1.847.750.804,85	17,40	7,86
11	Trabalho	10.920.636,38	0,14	12.829.602,75	0,12	17,48
12	Educação	1.482.759.006,29	15,70	1.618.033.433,65	15,24	9,12
13	Cultura	117.206.960,94	1,22	127.685.560,38	1,20	8,94
14	Direitos da Cidadania	159.065.574,26	1,45	183.980.057,55	1,73	15,66
15	Urbanismo	780.776.962,65	2,98	542.896.768,21	5,11	(30,47)
16	Habitação	117.609.481,71	1,97	118.501.625,91	1,12	0,76
17	Saneamento	339.573.023,74	1,58	179.449.704,96	1,69	(47,15)
18	Gestão Ambiental	48.730.744,29	0,62	46.886.098,41	0,44	(3,79)
19	Ciência e Tecnologia	47.907.514,99	0,62	52.807.530,28	0,50	10,23
20	Agricultura	125.814.259,22	1,07	105.421.673,70	0,99	(16,21)
21	Organização Agrária	36.640.651,81	0,22	15.063.143,28	0,14	(58,89)
23	Comércio e Serviços	28.834.398,02	0,19	29.273.778,01	0,28	1,52
24	Comunicações	61.856.114,28	0,87	53.167.896,84	0,50	(14,05)
25	Energia	622.410,00	0,00	0,00	0,00	(100,00)
26	Transporte	165.478.716,47	3,33	271.986.980,10	2,56	64,36
27	Desporto e Lazer	61.109.777,18	0,48	187.882.915,72	1,77	207,45
28	Encargos Especiais	2.033.222.088,35	20,63	2.249.498.048,58	21,19	10,64
TOTAL		9.750.686.645,77	100,00	10.616.815.145,76	100,00	8,88

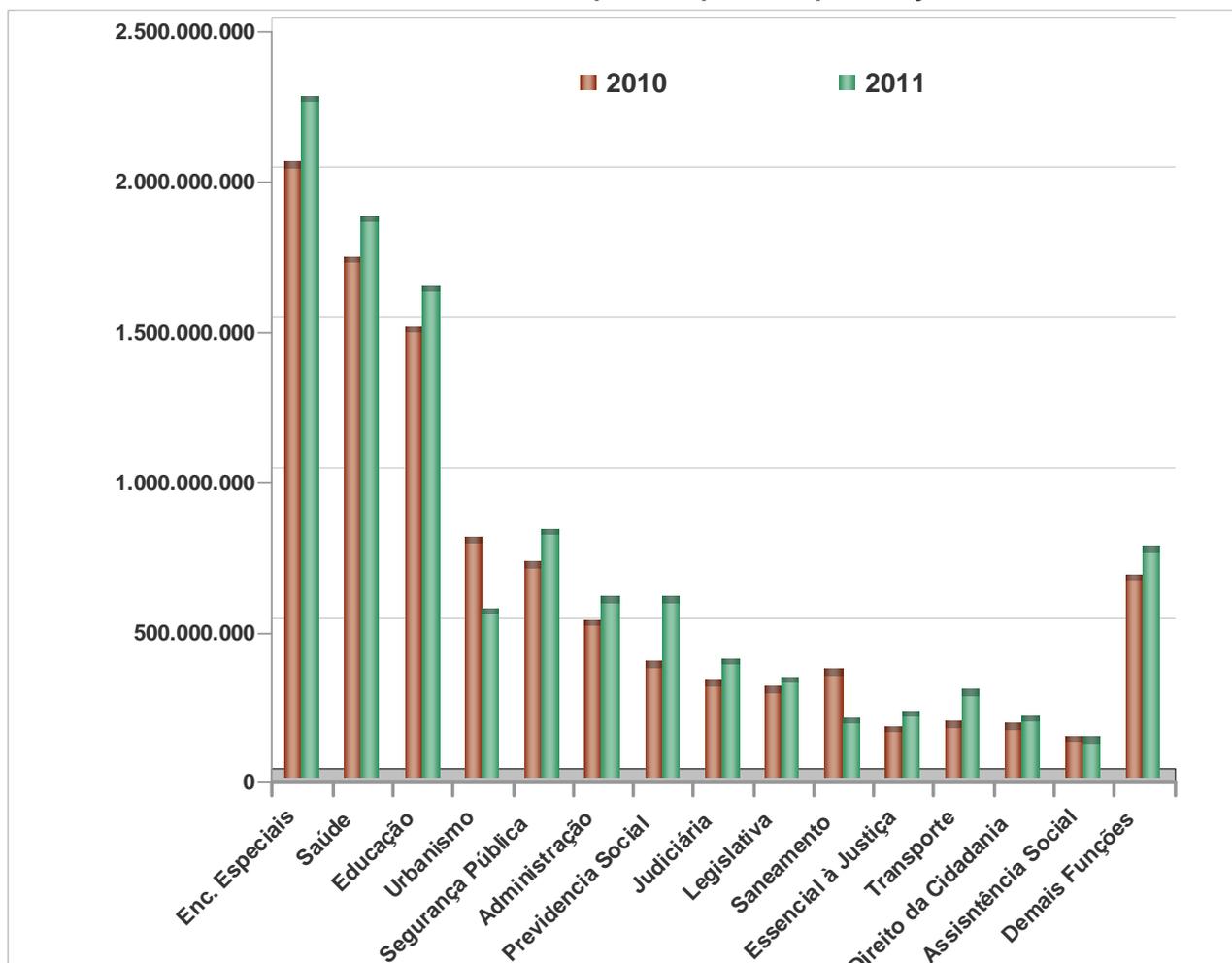
Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

As maiores variações ante 2010 foram das funções Desporto e Lazer com 207,45%, Transporte com 64,36% e Previdência Social com 58,33.



Gráfico 12
Demonstrativo da Despesa Empenhada por Função

R\$ 1,00



Nos Quadros 01 e 02, em anexo, demonstramos a despesa empenhada por fonte de recursos e por órgão, respectivamente. Comparamos os exercícios de 2010 e 2011, com percentual de participação em cada item.

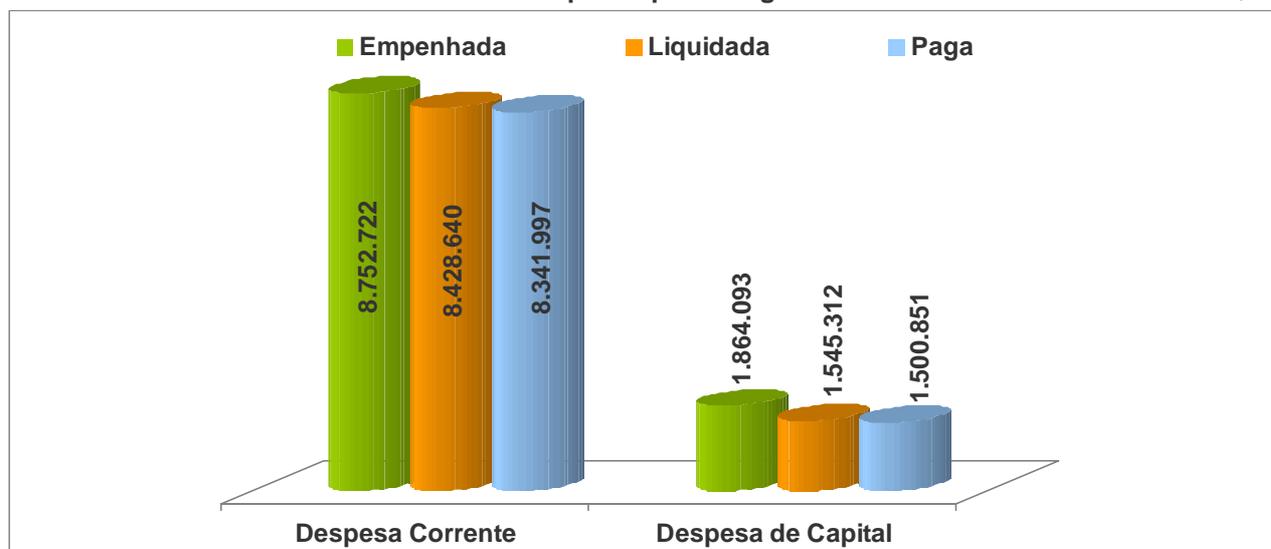
Demonstramos nos relatórios, em anexo, a Evolução da Despesa Empenhada, Liquidada e Paga, no exercício de 2011, classificada por grupo e natureza de despesa.

O gráfico 13 a seguir apresenta a despesa empenhada, liquidada e paga, no exercício de 2011, classificada por categoria econômica.



Gráfico 13
Demonstrativo das Despesas por Categoria Econômica

R\$ Mil



3.3 Transferências Constitucionais e Legais aos Municípios

O total das distribuições de receitas aos Municípios, contabilizadas pelo Estado do Amazonas, no exercício de 2011, foi de R\$ 1,642 bilhão que, comparado ao exercício de 2010, houve um acréscimo de R\$ 118 milhões, com variação nominal positiva de 7,73% conforme demonstrado na tabela 21 gráfico 14.

Evidenciando a fonte do ICMS como a principal participação das transferências aos municípios, com 90,51%, tendo uma variação nominal positiva de 6,74% em relação a 2010, ou R\$ 94, milhões. Também merecem destaque as transferências referentes ao IPVA, com variação positiva de 10,54% ou R\$ 9 milhões, ante 2010.

Tabela 21
Transferências Constitucionais e Legais aos Municípios

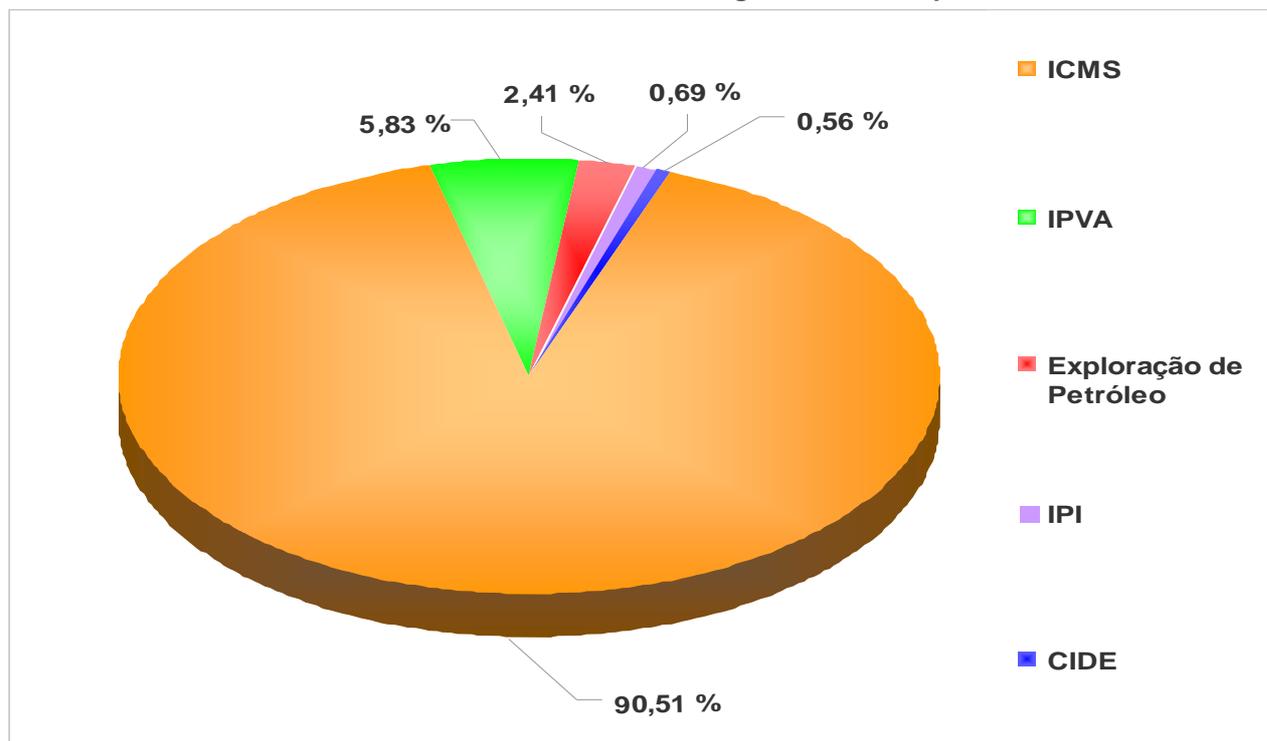
R\$

FONTE	2010	2011	PART. %	VAR. %
ICMS	1.392.229.995,67	1.486.063.983,16	90,51	6,74
IPVA	86.433.503,91	95.544.964,04	5,83	10,54
Exploração de Petróleo	27.880.857,96	39.526.633,66	2,41	41,77
IPI	9.933.845,96	11.362.068,99	0,69	14,38
CIDE	7.517.207,92	9.235.622,61	0,56	22,86
TOTAL	1.523.995.411,42	1.641.733.272,46	100,00	7,73

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI



Gráfico 14
Transferências Constitucionais e Legais aos Municípios – 2011



3.4 Repasse aos Poderes

No exercício de 2011, foi repassado aos Poderes o total de R\$ 846 milhões que, comparado ao exercício de 2010, apresentou um acréscimo nominal de R\$ 165 milhões, conforme demonstrado por cada órgão na tabela 22 e gráfico 15.

Tabela 22
Demonstrativo de Repasse aos Poderes

ORGÃO	2010	2011
Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas - ALE	169.492.000,65	190.870.800,00
Tribunal de Contas do Estado do Amazonas - TCE	108.673.185,00	143.154.000,00
Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas - TJ	284.073.565,22	344.200.332,10
Procuradoria Geral de Justiça - PGJ	119.337.405,00	168.468.800,00
TOTAL	681.576.155,87	846.693.932,10

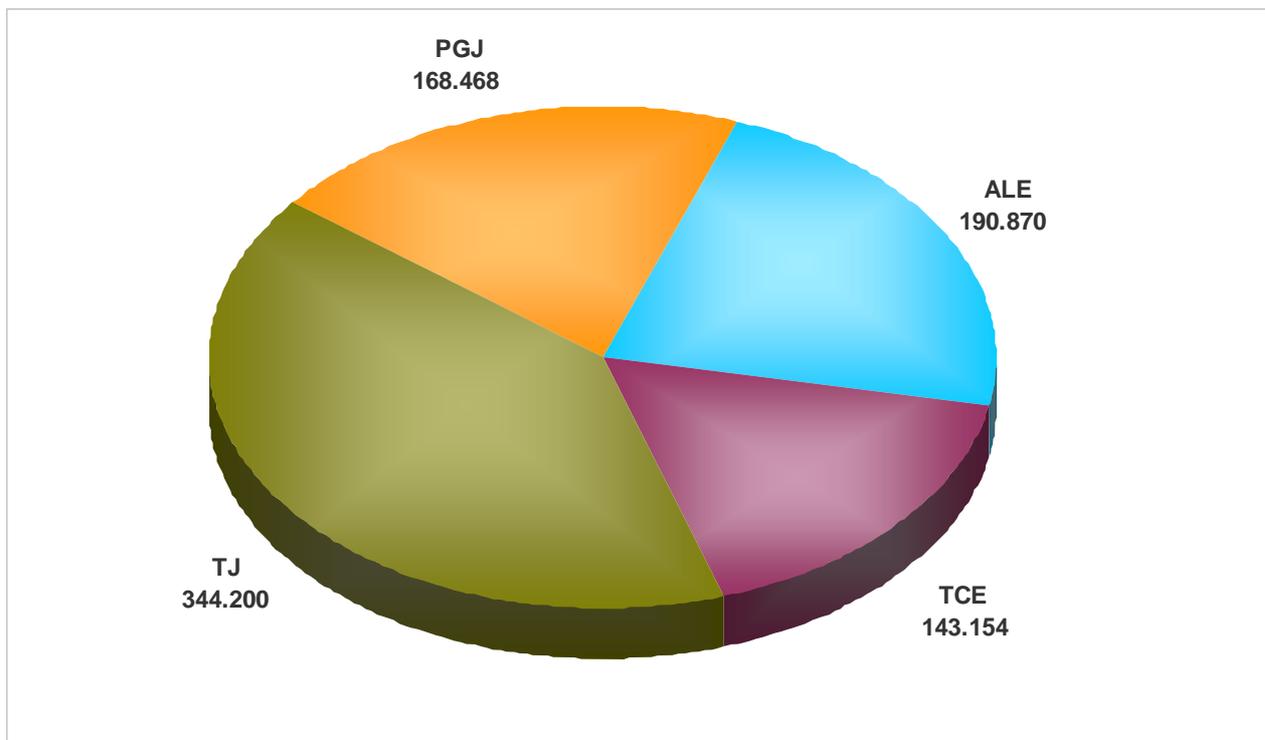
Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

No valor repassado em 2011, estão incluídos os repasses legais, referentes a 2010, para o Tribunal de Justiça, de R\$ 5.858.400,00 e para a Procuradoria Geral de Justiça, de R\$ 13.122.400,00.



Gráfico 15
Repasse aos Poderes por Órgão

R\$ Mil



4 ANÁLISE DOS BALANÇOS

4.1 Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário, de acordo com o art. 102 da lei nº 4.320/64, demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas, o qual apresentamos sinteticamente na tabela 23.

O Estado do Amazonas apresentou um déficit orçamentário de R\$ 13 milhões em 2011, no entanto, analisando sob o enfoque da utilização do superávit financeiro de 2010, se desconsiderarmos as despesas empenhadas com recursos de exercícios anteriores, no total de R\$ 384 milhões, conforme demonstrada no quadro 01, em anexo, correspondente à utilização de créditos orçamentários abertos por conta daquele superávit financeiro, temos um superávit orçamentário, no exercício, da ordem de R\$ 371 milhões.



Tabela 23
Comparativo do Balanço Orçamentário

R\$

FONTE	2010	2011	Var %
1 Receita Prevista	8.297.166.000,00	9.978.916.000,00	20,27
2 Receita Arrecadada	9.691.149.318,76	10.604.305.599,15	9,42
3 Superávit de Arrecadação (2-1)	1.393.983.318,76	625.389.599,15	(55,14)
4 Despesa Autorizada	10.506.671.248,34	11.428.403.140,63	8,77
5 Despesa Empenhada	9.750.686.645,77	10.616.815.145,76	8,88
6 Economia Orçamentária (4-5)	755.984.602,57	811.587.994,87	7,36
7 Déficit Orçamentário (2-5)	(59.537.327,01)	(12.509.546,61)	(78,99)
8 Despesa pelo Superávit Financeiro	408.191.861,06	384.002.825,55	(5,93)
9 Superávit Orçamentário 7+8	348.654.534,05	371.493.278,94	6,55

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

Apresentamos, na tabela 24, o resultado da execução orçamentária, por categoria econômica, que somados correspondem ao déficit orçamentário do exercício de 2011 que, novamente, se não considerarmos as despesas empenhadas com base no superávit financeiro de 2010, a qual não tem a receita correspondente no exercício de 2011, temos um superávit orçamentário de R\$ 371 milhões.

Tabela 24
Resultado da Execução Orçamentária

R\$

TÍTULO	EXECUÇÃO
1 Receitas Correntes	11.413.660.498,11
2 Despesas Correntes	8.752.721.952,52
3 Deduções da Receita	1.256.630.737,47
4 Resultado do Orçamento Corrente (1-2-3)	1.404.307.808,12
5 Receitas de Capital	447.275.838,51
6 Despesas de Capital	1.864.093.193,24
7 Resultado do Orçamento de Capital (5-6)	(1.416.817.354,73)
8 DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO DE EXECUÇÃO (4 + 7)	(12.509.546,61)
9 Despesa Empenhada pelo Superávit Financeiro de 2010	384.002.825,55
10 SUPERÁVIT ORÇAMENTÁRIO (8+9)	371.493.278,94

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI



4.2 Balanço Financeiro

De acordo com o art. 103 da lei nº 4.320/64 o Balanço Financeiro “demonstra as receitas e despesas orçamentárias e extraorçamentárias, bem como os saldos disponíveis do exercício anterior e o que se transfere para o exercício seguinte”.

Apresentamos, na tabela 25, uma síntese do resultado do Balanço Financeiro Consolidado do Estado, dos exercícios de 2010 e 2011.

O resultado financeiro apurado em 2011 (diferença entre o somatório das receitas orçamentárias, extraorçamentárias e interferências ativas e o somatório das despesas orçamentárias, extraorçamentárias e interferências passivas) foi positivo em R\$ 454 milhões.

O mesmo resultado pode ser obtido através da diferença entre as disponibilidades, ou seja, o saldo para o exercício seguinte menos o saldo do exercício anterior.

Esse resultado considera a utilização, neste exercício, de R\$ 384 milhões do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 2010, se o desconsiderarmos, pois não tem a correspondente receita no exercício, teremos um resultado positivo de R\$ 838 milhões .

Tabela 25
Demonstrativo do Balanço Financeiro

R\$

FONTE	2010	2011	Var. %
1 Receita Orçamentária	9.691.149.318,76	10.604.305.599,15	9,42
2 Receita Extraorçamentária	5.134.295.391,14	6.411.225.088,24	24,87
3 Interferências Ativas	18.252.833.856,10	18.791.497.488,50	2,95
4 Despesa Orçamentária	9.750.686.645,77	10.616.815.145,76	8,88
5 Despesa Extraorçamentária	5.114.276.843,89	5.944.666.216,18	16,24
6 Interferências Passivas	18.255.858.574,14	18.791.497.352,07	2,93
7 Saldo do Exercício Anterior	1.349.206.272,67	1.306.662.774,87	(3,15)
8 Saldo para o Exercício Seguinte	1.306.662.774,87	1.760.712.236,75	34,75
9 RESULTADO FINANCEIRO ((1+2+3) - (4+5+6))	(42.543.497,80)	454.049.461,88	(1.167,26)

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI



4.3 Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial é uma demonstração contábil evidenciada pelas seções de ativo (bens e direitos) e passivo (obrigações), indicando a situação patrimonial líquida do Estado. Apresentamos na tabela 26 uma síntese do Balanço, onde fica evidenciado, através do saldo patrimonial positivo acumulado, no exercício de 2011, um acréscimo nominal de 15,50% ante 2010, ou R\$ 581 milhões.

O recurso para abertura de créditos suplementares e especiais no exercício seguinte ao da apuração é representado pelo “superávit financeiro” obtido pela diferença entre o ativo financeiro (Disponível + Créditos em circulação = R\$ 1,779 bilhão) e passivo financeiro (Depósitos + Obrigações por empenho = R\$ 985 milhões), que resultou em R\$ 794 milhões para o exercício de 2012.

O valor de R\$ 4,357 bilhões, representado pelo Imobilizado no anexo 14 - Balanço Patrimonial de 2011, no nosso entendimento não reflete a realidade, tendo em vista que os Bens Móveis e Imóveis foram registrados pelos valores correntes da época de aquisição ou construção. Em nossa análise, faz-se necessária uma reavaliação do Imobilizado do Estado para atualização dos registros. Esse trabalho poderá ser feito por técnicos da administração do patrimônio do Estado ou por empresa especializada do ramo, com emissão de laudo técnico.

Tabela 26
Demonstrativo do Balanço Patrimonial

FONTE	2010	2011	Var. %
1 Ativo Financeiro	1.322.858.467,24	1.814.934.374,19	37,20
2 Realizável a Longo Prazo	1.901.477.610,32	2.014.784.689,71	5,96
3 Ativo Permanente	4.326.478.147,44	4.793.244.859,30	10,79
4 Ativo Compensado	18.588.457,48	12.107.875.347,31	65.036,53
5 Total do Ativo	7.569.402.682,48	20.730.839.270,51	173,88
6 Passivo Financeiro	606.761.338,46	985.627.489,98	62,44
7 Exigível a Longo Prazo	3.192.430.316,59	3.304.364.137,83	3,51
8 Passivo Compensado	18.588.457,48	12.107.875.347,31	65.036,53
9 Passivo Real	3.817.780.112,53	16.397.866.975,12	329,51
SALDO PATRIMINIAL (5-9)	3.751.622.569,95	4.332.972.295,39	15,50

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI



O Balanço Patrimonial apresentou acréscimo significativo no grupo de contas do compensado, passando de R\$ 18 milhões em 2010 para R\$ 12,107 bilhões em 2011. Em 2010, o balanço apresentava apenas os valores em poder de terceiros referentes a suprimentos de fundos concedidos a servidores, como Compensações Diversas. Em 2011, passou a incluir mais valores demonstrados no ativo e passivo compensados, sendo: Títulos e Valores Sob Responsabilidade que em 2010 estavam demonstrados em Compensações Diversas, Direitos e Obrigações Contratuais referentes a controles sobre contratos e convênios e, por fim Compensações Diversas correspondentes a controles de Restos a Pagar e Consignações.

4.3.1 Resultado / Saldo Patrimonial

O Estado do Amazonas apresentou em 2011 um resultado patrimonial positivo de R\$ 581 milhões, elevando o saldo patrimonial acumulado para R\$ 4,333 bilhões, com variação nominal positiva ante 2010 de 15,50%, apurado no Balanço Patrimonial, conforme demonstramos na tabela 27.

Tabela 27
Resultado / Saldo Patrimonial

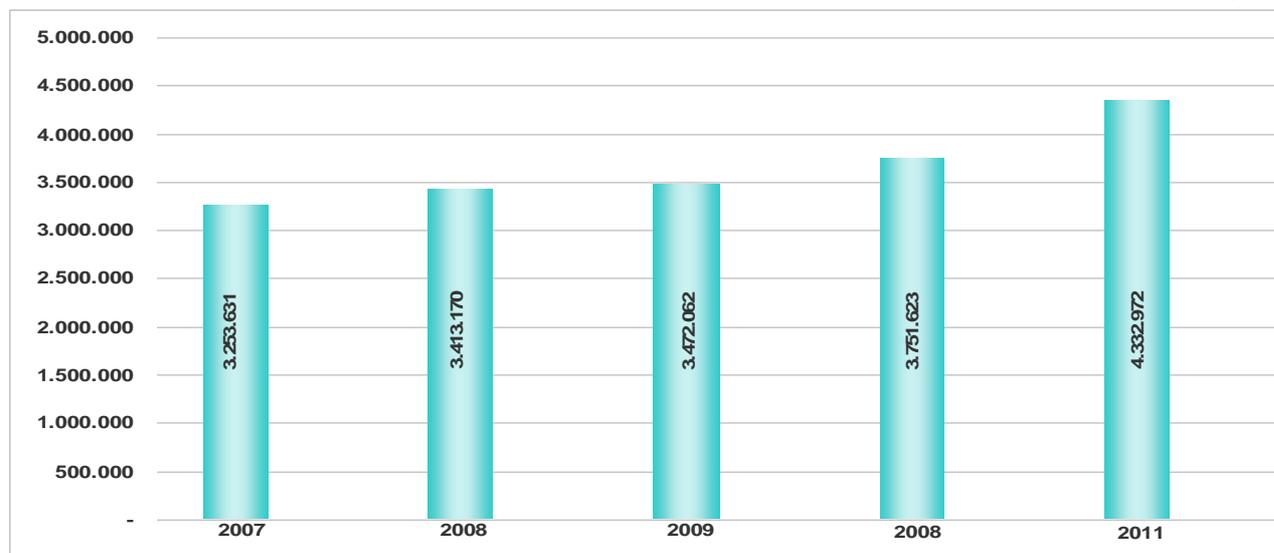
EXERCÍCIO	RESULTADO DO EXERCÍCIO	SALDO PATRIMONIAL ACUMULADO	VAR. %
2007	624.554.247,03	3.253.631.105,97	23,76
2008	159.539.216,72	3.413.170.322,69	4,90
2009	58.891.276,53	3.472.061.599,22	1,73
2010	279.560.970,73	3.751.622.569,95	8,05
2011	581.349.725,44	4.332.972.295,39	15,50

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

No gráfico 16, demonstramos a evolução do saldo patrimonial acumulado, de 2007 a 2011, evidenciando resultados positivos nos últimos cinco exercícios, com variação nominal de 2011 ante 2007 de 33,17 %, ou R\$ 1,079 bilhão.



Gráfico 16
Saldo Patrimonial – 2007 a 2011



4.4 Variações Patrimoniais

O Demonstrativo das Variações Patrimoniais é apresentado em duas seções (variações ativas e passivas), distribuídas em três grupos, que apresentamos sinteticamente, na tabela 28.

O resultado patrimonial é apurado através da diferença entre os somatórios das variações ativas e passivas. No exercício de 2011, foi verificado um resultado superavitário de R\$ 581 milhões, com variação de 107,95% ante 2010.

Tabela 28
Demonstrativo das Variações Patrimoniais

FONTE	2010	2011	Var %
1 Variações Ativas	29.594.055.844,86	30.542.809.797,53	3,21
1.1 Resultantes da Execução Orçamentária	9.691.149.318,76	10.604.305.599,15	9,42
1.2 Mutações Patrimoniais	606.597.653,40	628.092.940,97	3,54
1.3 Independentes da Execução Orçamentária	19.296.308.872,70	19.310.411.257,41	0,07
2 Variações Passivas	29.314.494.874,13	29.961.460.072,09	2,21
2.1 Resultantes da Execução Orçamentária	9.750.686.645,77	10.616.815.145,76	8,88
2.2 Mutações Patrimoniais	525.819.681,93	224.141.326,18	(57,37)
2.3 Independentes da Execução Orçamentária	19.037.988.546,43	19.120.503.600,15	0,43
3 RESULTADO PATRIMONIAL (1-2)	279.560.970,73	581.349.725,44	107,95

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI



4.5 DEPRECIÇÃO DO IMOBILIZADO

A depreciação foi implementada observando a NBC T 16.9 - Depreciação, Amortização e Exaustão, aprovada pela Resolução CFC nº. 1.136/08, seguindo os critérios da macrofunção 020330, editada pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

A Depreciação foi aplicada inicialmente na Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, para os Bens Móveis adquiridos e/ou incorporados a partir de 2010, totalizando uma depreciação acumulada de R\$ 911 mil, sendo R\$ 393 mil de 2010 e R\$ 517 mil de 2011, previsto para continuar o processo de implementação no exercício de 2012 para os demais órgãos.

Foi utilizado o método Linear (valor do bem dividido pela sua vida útil), conforme demonstrado na tabela 29.

Tabela 29
Demonstrativo de Depreciação de Bens Móveis – Método Linear R\$

TÍTULO /GRUPO DE BENS	VIDA ÚTIL (ANOS)	VALOR RESIDUAL (Alienação)	VALOR DEPRECIÇÃO ACUMULADA ATÉ 2011
Aparelhos de Medição e Orientação	15	10%	1.324,12
Aparelhos de Comunicação	10	20%	896,10
Aparelhos e Utensílios Domésticos	10	10%	4.794,34
Coleções e Materiais Bibliográficos	10	0%	69,04
Equip.de Proteção, Segurança e Socorro	10	10%	10.314,74
Equipamentos de Foto, Vídeo e Som.	10	10%	4.005,97
Equip. de Processamento de Dados	5	10%	848.575,95
Máquinas, Utensílios e Equip. Diversos.	10	10%	17.505,64
Peças não Incorporáveis a Imóveis	10	10%	2.340,34
Mobiliário em Geral	10	10%	18.856,86
Máquinas, Instalações e Utensílios de Escritório.	10	10%	227,25
Veículos de Tração Mecânica	15	10%	1.365,00
Equipamentos e Utensílios Hidráulico e Elétricos	10	10%	168,70
Outros Materiais Permanentes	5	10%	295,20
TOTAL			910.739,25

Fonte: Sistema de Administração de Bens Patrimoniais - ABP/SEFAZ



BALANÇOS DAS EMPRESAS PÚBLICAS

Demonstramos no quadro 03, em anexo, uma síntese dos balanços patrimoniais das empresas públicas, apresentados até o fechamento deste relatório, com as respectivas participações percentuais do Estado no capital de cada empresa.

6 GESTÃO DA DÍVIDA

6.1 Dívida Ativa

Em 2011 foram inscritos em Dívida Ativa valores que totalizaram R\$ 58 Milhões, representando 3,80% do saldo da Dívida Ativa em 31/12/2010. Os valores recebidos no exercício foram de R\$ 8 milhões, sendo R\$ 6 milhões do principal, R\$ 1,5 milhão de multas e R\$ 0,5 milhão de juros e correção, representando 0,52% do saldo do estoque da dívida existente em 2010. Foram recuperados R\$ 2 milhões em adjudicações, representando 0,15% do saldo da dívida de 2010. Os ajustes de exercícios anteriores foram de R\$ 82 milhões, e representaram 5,37% do saldo de 2010. Esses ajustes, segundo o departamento de arrecadação da SEFAZ, são referentes à atualização monetária mais os saldos das alterações nos valores dos Certificados de Dívida Ativa – CDA.

Ocorreram, ainda, cancelamentos de Certificados de Dívida Ativa - CDA no valor total de R\$ 29 milhões, representando 1,90% do saldo da dívida de 2010. O saldo final do estoque da dívida em 2011, foi de R\$ 1,619 bilhão, com acréscimo nominal de 6,60% ante 2010, conforme demonstramos sinteticamente na tabela 30.

Tabela 30
Demonstrativo da Dívida Ativa

R\$

DÍVIDA ATIVA	VALOR	% SOBRE 2010
Saldo em 31/12/2010	1.519.191.525,89	
(+) Inscrições em 2011	57.711.309,88	3,80
(+) Ajustes de Exercícios Anteriores	81.626.250,58	5,37
(-) Valores Recebidos (Principal, juros, Multas e Correção Monetária)	7.909.844,79	0,52
(-) Valores Recuperados (Adjudicações)	2.323.026,06	0,15
(-) Cancelamentos de CDA	28.907.384,77	1,90
SALDO EM 31/12/2011	1.619.388.830,73	6,60

Fonte: Secretaria Executiva da Receita



6.2 Dívida Pública

Constituem a dívida pública do Estado: a Dívida Fundada ou consolidada (interna e externa) e a Dívida Flutuante ou administrativa, enquanto estas são os compromissos de curto prazo representando 22,99% do total, aquelas são compostas por obrigações de médio e longo prazo e representam 77,01% desse total, sendo oriunda de contratos dentre os quais destacamos: o refinanciamento do Estado com a União e os contratos no âmbito dos programas, PROSAMIM, Pró-Saneamento, Abastecimento de Águas de Manaus, Pró-moradia, Construção da Ponte Manaus/Iranduba, Projeto Minha Casa Minha Vida e Construção da Arena da Amazônia.

A dívida consolidada no Estado do Amazonas, apresentou um saldo, em 31/12/2011, de R\$ 4,288 bilhões, conforme demonstramos, sinteticamente, na tabela 31.

Tabela 31
Demonstrativo da Dívida Pública

R\$

DÍVIDA	VALOR		PERCENTUAL %	
	2010	2011	PART.	VAR.
Fundada Interna	2.497.385.000,77	2.450.158.341,95	57,14	(1,89)
Fundada Externa	691.131.692,56	852.031.560,26	19,87	23,28
Flutuante	606.761.338,46	985.627.489,98	22,99	62,44
TOTAL	3.795.278.031,79	4.287.817.392,19	100,00	12,98

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

A dívida fundada total de R\$ 3,302 bilhões representa 19,39% do limite global de 2(duas) vezes a receita corrente líquida que em 2011 totalizou R\$ 17,031 bilhões, estabelecido pela Resolução do Senado Federal nº 40 art. 3º inciso I, deixando o Estado bastante confortável em relação à legislação, com referência ao grau de endividamento acima explicitado.

No exercício financeiro de 2011, houve um acréscimo nominal de 12,98% no total do estoque da Dívida Pública, em relação ao exercício de 2010. Esse fato é reflexo principalmente das novas operações de crédito recebidas em 2011 que totalizaram R\$ 211 milhões, e de R\$379 milhões de Restos a Pagar.



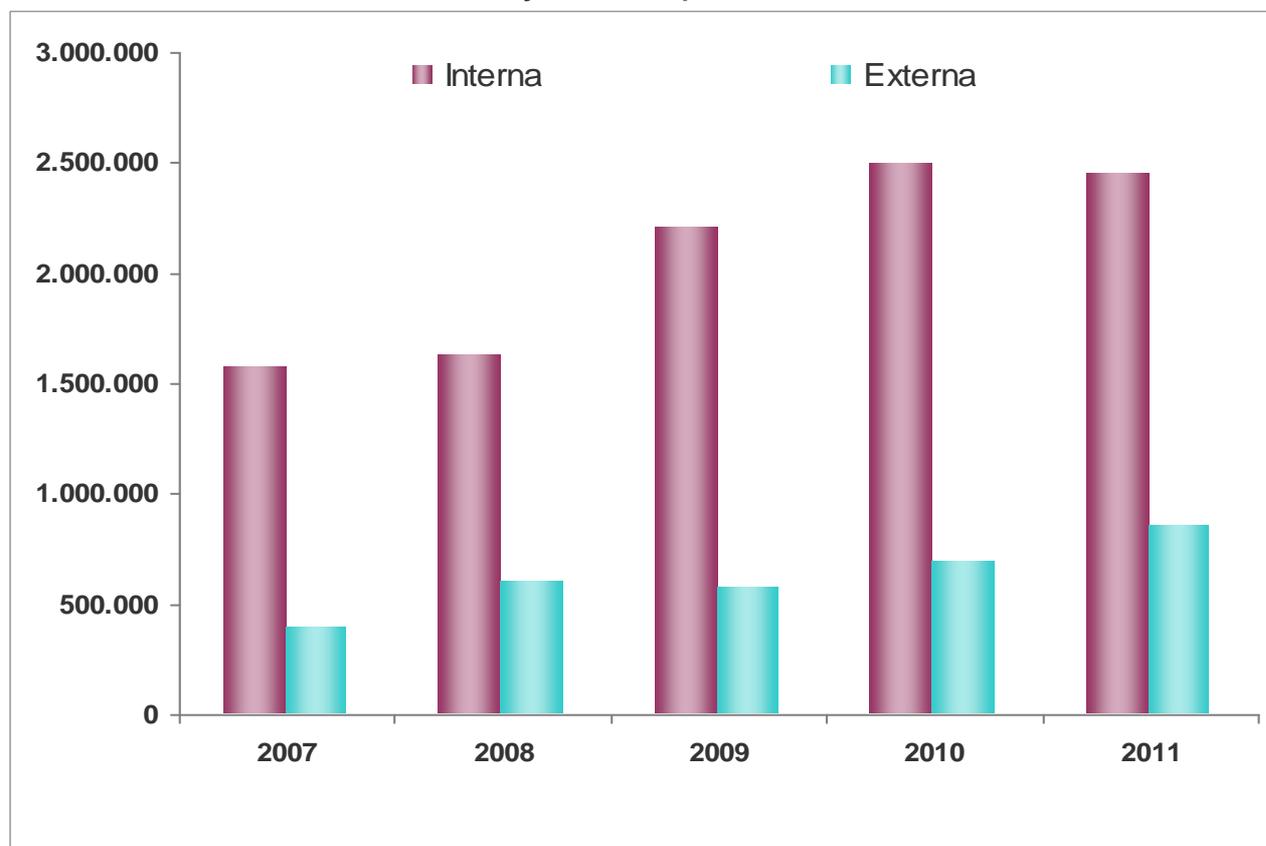
Analisando a dívida fundada ao longo dos anos percebe-se que o valor nominal de 2011 se mantém relativamente estável face a RCL de 38,78%, pois o Estado apresenta uma relação ligeiramente menor da dívida versus receita corrente líquida de 2007 de 36,70% .

Tabela 32
Comparativo da Dívida Fundada X Receita Corrente Líquida R\$ Mil

DÍVIDA	2007	2008	2009	2010	2011
Interna	1.571.378	1.630.973	2.206.162	2.497.385	2.450.158
Externa	385.577	594.454	572.067	691.132	852.032
TOTAL	1.956.955	2.225.427	2.778.229	3.188.517	3.302.190
RCL do Exercício	5.331.931	6.395.995	6.161.491	7.407.732	8.515.352
Div. Fundada / RCL (%)	36,70	34,79	45,09	43,04	38,78

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

Gráfico 17
Evolução do Estoque da Dívida R\$ Mil





7 GESTÃO FISCAL

7.1 Gastos com Pessoal

Em cumprimento ao Art. 169 da Constituição Federal e Art. 19, inciso II, da Lei Complementar nº 101/2000, a despesa total com pessoal para o Estado, em cada período de apuração, não poderá exceder a 60% da Receita Corrente Líquida – RCL.

Esse percentual é repartido entre os poderes, conforme Art. 20, inciso II em: 3% para o Legislativo, 6% para o Judiciário, 49% para o Executivo e 2% para o Ministério Público.

De acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentária nº 3.644 de 26/07/2011, Art.11, Parágrafo 2º, Inciso I, ficou definido a repartição da receitas para o Poder Legislativo, sendo 1,7% para Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas e 1,3% para o Tribunal de Contas do Estado do Amazonas.

A RCL é apurada de acordo com o Art. 2º e inciso IV da Lei Complementar nº 101/2000, e compreende o total das receitas correntes da administração direta e indireta, deduzidas as participações constitucionais e legais dos Municípios e as deduções para formação do FUNDEB.

O Estado do Amazonas, em 2011, apurou uma despesa líquida total com pessoal de 50,21% em relação à receita corrente líquida – RCL, cabendo ao Poder Executivo 42,22%, ao Poder Legislativo 2,35%, ao Poder Judiciário 3,91% e ao Ministério Público 1,74%, portanto, abaixo dos limites estabelecidos em Lei, conforme demonstramos na tabela 33.



Tabela 33
Demonstrativo de Gastos com Pessoal

R\$ Mil

DESPESAS DE PESSOAL	DESPESAS EMPENHADAS	
	Últimos 12 meses	% Desp. s/ RCL
(*) PODER EXECUTIVO (I)	3.594.868	42,22
Pessoal Ativo Civil	2.801.543	32,90
Pessoal Inativo e Pensionista	901.663	10,59
Outras Despesas de Pessoal (artigo 18, § 1º da LRF)	319.956	3,76
(-) Decorrentes de decisão Judicial	9.236	0,11
(-) Despesas de Exercícios Anteriores	37.692	0,44
(-) Indenizações por Demissão	480	0,01
(-) Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	380.887	4,47
(*) PODER LEGISLATIVO (II)	199.742	2,34
Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas - ALE	111.726	1,31
Tribunal de Contas do Estado do Amazonas - TCE	88.016	1,03
(*) PODER JUDICIÁRIO (III)	332.642	3,91
Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas - TJ	332.642	3,91
(*) MINISTÉRIO PÚBLICO (IV)	148.344	1,74
Procuradoria Geral de Justiça - PGJ	148.344	1,74
DESPESA LÍQUIDA DE PESSOAL TOTAL (I+II+III+IV)	4.275.596	50,21
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL	8.515.352	
LIMITE MÁXIMO (60% da RCL)	5.109.211	
LIMITE PRUDENCIAL (95% do Limite Máximo)	4.853.751	

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

(*)Valores calculados pela SEFAZ.

Demonstramos, na tabela 34 e gráfico 18, a evolução anual da relação dos Gastos com Pessoal x Receita Corrente Líquida – RCL, no período de 2007 a 2011.

Tabela 34
Evolução Anual de Gastos com Pessoal x RCL – 2007 a 2011

R\$ Mil

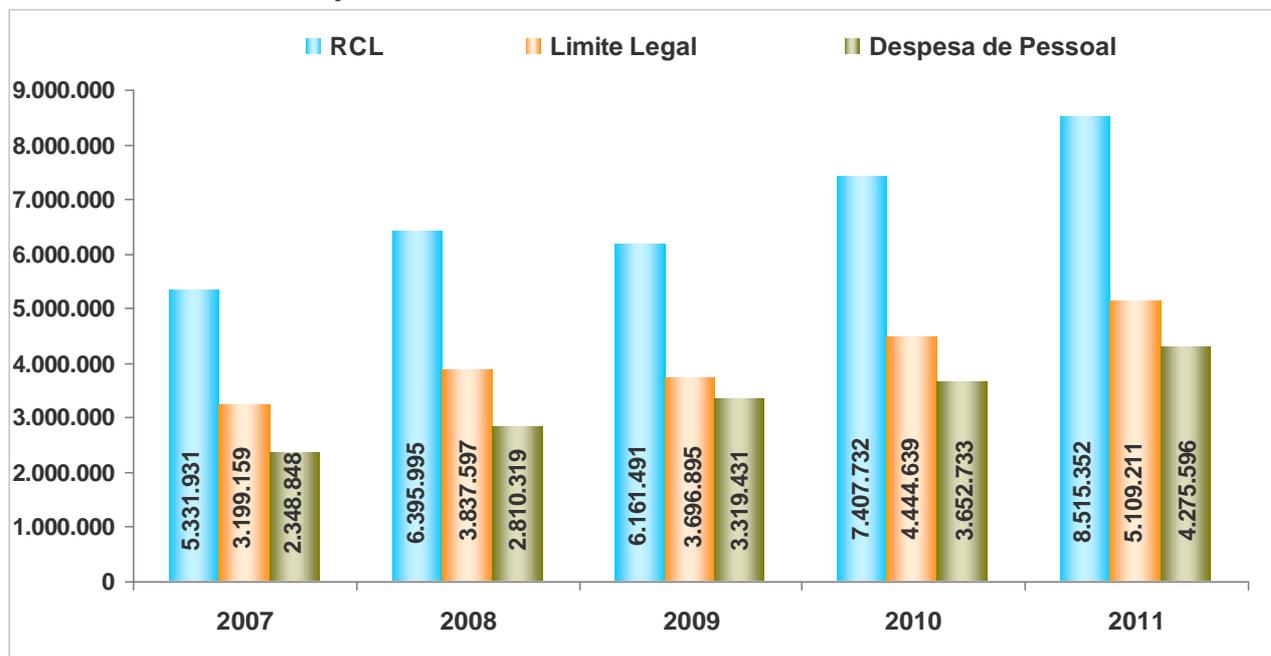
ESPECIFICAÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011
RCL	5.331.931	6.395.995	6.161.491	7.407.732	8.515.352
Despesa de Pessoal	2.348.848	2.810.319	3.319.431	3.652.733	4.275.596
Limite Legal (60% s/ RCL)	3.199.159	3.837.597	3.696.895	4.444.639	5.109.211
% Relação Pessoal/RCL	44,05	43,94	53,87	49,31	50,21

Fonte: Secretaria Executiva do Tesouro



Gráfico 18
Evolução Anual de Gastos com Pessoal x RCL – 2007 a 2011

R\$ Mil



7.2 Aplicação na Educação

Quanto à aplicação na educação, a Constituição Federal prevê em seu art. 212 que o “Estado aplicará anualmente 25%, no mínimo, das receitas resultantes de Impostos, compreendida a proveniente de transferências, deduzidas as participações constitucionais e legais dos Municípios, na manutenção e desenvolvimento do ensino”.

Em cumprimento a esta determinação legal e ao conceito ali existente, o Estado do Amazonas aplicou, no exercício de 2011, na manutenção e desenvolvimento do ensino, o valor de R\$ 1,648 bilhão, correspondente a 25,01% da receita de impostos e transferências disponíveis para o Estado.

A seguir, demonstramos, sinteticamente, as receitas e o montante aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino, com aplicação superior ao limite mínimo estabelecido legalmente, em R\$ 868 mil.



Tabela 35
Demonstrativo de Aplicação na Educação (conforme Constituição Federal)

R\$

ESPECIFICAÇÃO		VALOR
RECEITAS		
1. Receita de Impostos		6.445.069.909,15
2. Receita de Transferências Constitucionais e Legais		1.736.904.053,94
3. (-) Dedução das Transferências Constitucionais e Legais		1.592.915.742,34
4. TOTAL (1+2-3)		6.589.058.220,75
5. VALOR MÍNIMO A APLICAR (25% do 4)	25,00%	1.647.264.555,19
6. VALOR APLICADO	25,01%	1.648.132.556,03
7. DIFERENÇA (6-5)	0,01%	868.000,85

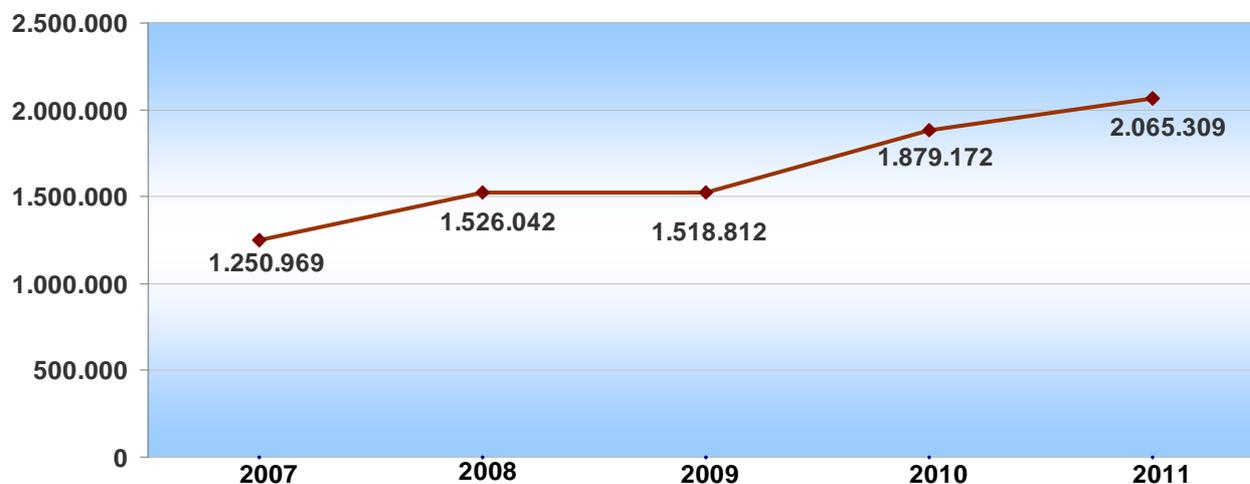
Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

No entanto, se considerarmos a aplicação de todas as fontes da função educação, que totalizou R\$ 1,618 bilhão, acrescido do valor do FUNDEB redistribuído aos municípios de R\$ 447 milhões, teremos uma aplicação total de R\$ 2,065 bilhões, ou seja, R\$ 417 milhões a mais do valor aplicado, demonstrado na tabela 35 acima.

Demonstramos, no gráfico 19, a evolução anual da aplicação na função educação, considerando o total da função, incluído a redistribuição dos municípios, no período de 2007 a 2011.

Gráfico 19
Evolução Anual de Aplicação na Função Educação 2007 a 2011

R\$ Mil





Em 2011, as vinculações das receitas arrecadadas no Estado para o FUNDEB foram maiores que o retorno do fundo, sendo redistribuídos com os 62 Municípios do Amazonas, a diferença entre a contribuição e o retorno que foi de R\$ 447 milhões, ou seja, 35,59% do total vinculado, conforme demonstramos na tabela 36, por fonte.

Tabela 36
Demonstrativo das Receitas Vinculadas por Tributo - FUNDEB

R\$

FONTE	REPASSE	RATEIO	PART. %	DIFERENÇA	DIF./REP. %
	(A)	(B)		(A-B)	
ICMS	890.746.666,84	544.400.781,80	67,26	346.345.885,04	38,88
IPVA	19.106.679,42	17.451.505,62	2,16	1.655.173,80	8,66
ITCMD	817.461,99	373.263,15	0,05	444.198,84	54,34
ITR	0,00	74.651,89	0,01	(74.651,89)	0,00
FPE	335.337.662,62	155.065.390,75	19,16	180.272.271,87	53,76
FPM	0,00	85.968.637,71	10,62	(85.968.637,71)	0,00
IPI	6.817.241,28	4.203.198,83	0,52	2.614.042,45	38,34
Lei Kandir	2.948.049,00	1.817.630,64	0,22	1.130.418,36	38,34
Dívida ativa do ICMS e IPVA	856.976,32	0,00	0,00	856.976,32	100,00
TOTAL	1.256.630.737,47	809.355.060,39	100,00	447.275.677,08	35,59

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

7.3 Aplicação na Saúde

De acordo com o Art. 77 inciso II e parágrafo 4º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, os estados aplicarão anualmente, no mínimo, 12% do produto da arrecadação de impostos e transferências, nas ações e serviços públicos de saúde. Em 2011, o Estado do Amazonas, aplicou R\$ 1,461 bilhão, ou 22,18%, excedendo em R\$ 670 milhões o mínimo estabelecido, conforme demonstramos, sinteticamente, na tabela 37.



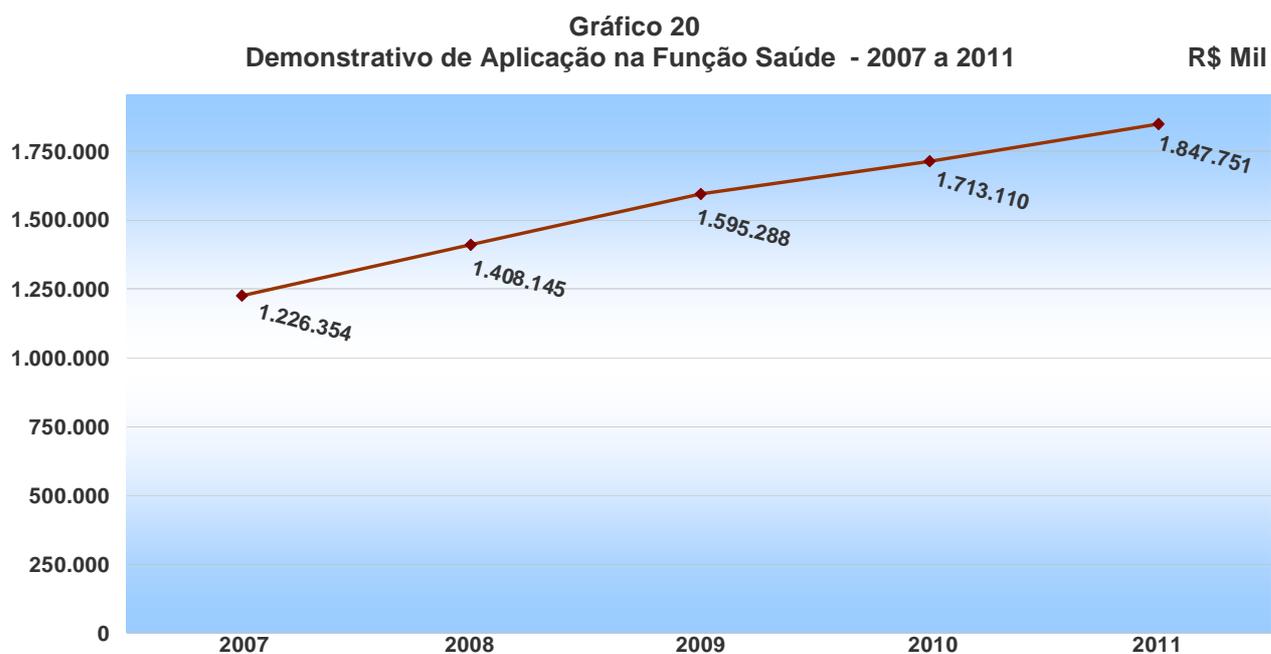
Tabela 37
Demonstrativo de Aplicação na Saúde (conforme Constituição Federal) R\$

ESPECIFICAÇÃO		VALOR
RECEITAS		
1. Receitas de Impostos		6.445.069.909,15
2. Transferências da União		1.736.876.835,20
3. (-) Dedução das Transferências Constitucionais e Legais		1.592.915.742,34
4. Total (1+2-3)		6.589.031.002,01
5. VALOR MÍNIMO A APLICAR (12% DO 4)	12,00%	790.683.720,24
6. TOTAL APLICADO	22,18%	1.461.386.374,90
7. DIFERENÇA (6-5)	10,18%	670.702.654,66

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

Se considerarmos o valor total da função Saúde em 2011, teremos que o Estado aplicou nas ações de saúde R\$ 1,848 bilhão, ou R\$ 386 milhões a mais que o valor aplicado, conforme conceito constitucional.

No Gráfico 20 demonstramos a evolução anual da aplicação na função saúde, pelo Estado, no período de 2007 a 2011.





9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse relatório teve por objetivo primordial subsidiar o processo de avaliação e desempenho das finanças públicas do Estado do Amazonas, demonstrando os resultados alcançados, no exercício de 2011. Acreditamos, dessa forma, contribuir para uma gestão transparente e fidedigna das contas do Estado, que tem na Responsabilidade Fiscal uma de suas premissas básicas.

Ainda são muitos os objetivos a serem alcançados e as melhorias a serem implementadas. Não obstante, o esforço e a dedicação da equipe técnica e administrativa que são incansáveis na busca desse constante aprimoramento. Neste contexto estão as implementações efetuadas no Sistema AFI, no decorrer do presente exercício, que muito auxiliaram os órgãos e o próprio governo no registro dos atos e fatos da administração e na transparência para a sociedade, o que resultou na publicidade através do Portal da Transparência do Governo.

Agradecemos, primeiramente, a DEUS, pelo dom da vida, pelo trabalho, saúde e oportunidade para a realização deste trabalho. Agradecemos ao senhor Secretário da Fazenda, pelo apoio e confiança dispensados a nossa equipe.

Nossa gratidão a toda equipe da Secretaria Executiva do Tesouro pela dedicação, empenho e profissionalismo demonstrados no cumprimento de nossa missão. De forma especial, agradecemos ao Departamento de Contabilidade Pública e a Gerência de Contabilidade que, com muita competência, atuaram de forma direta na elaboração do Balanço Geral do Estado. Agradecemos, ainda, aos técnicos do DETIN, aos demais setores da SEFAZ e aos órgãos das administrações direta e indireta pela colaboração dispensada ao longo deste exercício.



Agradecimento fraterno à equipe da Comissão Permanente das Contas do Governo, do Tribunal de Contas do Estado, pelas orientações e parceria na busca de soluções técnicas e transparência nos registros dos atos e fatos no trato da coisa pública. Enfim, a todos que contribuíram direta ou indiretamente para cumprimento do dever de tornar público o Balanço Geral do Estado, obrigado.

Manaus, 30 de março de 2012.

Edson Theophilo Ramos Pará
Secretário Executivo do Tesouro

Maria da Conceição Guerreiro da Silva
Diretora do Departamento de Contabilidade
CRC N° 07984/AM